

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**GIOVANA ALMEIDA NASCIMENTO**

**EFEITOS SOCIOCULTURAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**  
**EM**  
**COMUNIDADES RURAIS: A EXPERIÊNCIA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS NO**  
**SERTÃO PARAIBANO**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2018**

GIOVANA ALMEIDA NASCIMENTO

EFEITOS SOCIOCULTURAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO  
EM  
COMUNIDADES RURAIS: A EXPERIÊNCIA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS NO  
SERTÃO PARAIBANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal da Paraíba-UFPB, como parte dos  
requisitos necessários para obtenção do título de Mestre  
em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Estevão Martins Palitot

JOÃO PESSOA- PB

2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

N244e Nascimento, Giovana Almeida.

Efeitos socioculturais da transposição do Rio São Francisco em comunidades rurais : a experiência de São José de Piranhas no sertão paraibano / Giovana Almeida Nascimento. - João Pessoa, 2018.

107 f. : il.

Orientação: Estevão Martins Palitot.

Coorientação: Verena Sevá Nogueira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Meio ambiente geográfico - Famílias sitiadas. 2. Deslocamento compulsório. 3. Projeto de integração - Rio São Francisco. 4. Transformações sócio culturais. I. Palitot, Estevão Martins. II. Nogueira, Verena Sevá. III. Título.

UFPB/BC

CDU 572.022(043)

Elaborado por WALQUELINE DA SILVA ARAUJO - CRB-15/514



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCAe)  
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



GIOVANA ALMEIDA NASCIMENTO

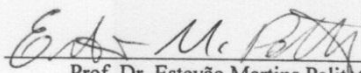
**"EFEITOS SOCIOCULTURAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM  
COMUNIDADES RURAIS: A EXPERIÊNCIA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS NO  
SERTÃO PARAIBANO"**

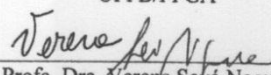
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

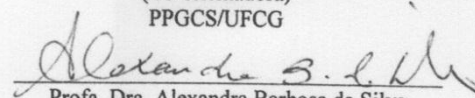
Resultado: APROVADA

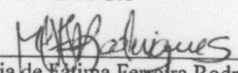
Em: 07 de JUNHO de 2018.

**Banca examinadora**

  
Prof. Dr. Estevão Martins Palitot  
(Orientador)  
UFPB/PPGA

  
Profa. Dra. Verena Seixá Nogueira  
(Co-orientadora)  
PPGCS/UFCG

  
Profa. Dra. Alexandra Barbosa da Silva  
(Examinadora interna)  
UFPB/PPGA

  
Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues  
(Examinadora externa)  
PPGDH/UFPB

Em memória de Francisco Marcos, meu amado  
pai.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às famílias sitiantes, por terem aberto a porta de suas casas para mim no momento da pesquisa e por terem colaborado com esse trabalho;

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. A Gerlandia Moraes, líder sindical, pelo apoio em todos os momentos dessa pesquisa;

Agradeço a professora Marilda Menezes, com quem tudo começou;

Aos orientadores, Estevão Palitot e Verena Sevá pela confiança nesse tempo de trabalho e por estarem presentes sempre que precisei;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia, por terem dividido seus conhecimentos com os discentes;

A CAPES, pela concessão da bolsa de apoio a pesquisa;

Agradeço a minha amada mãe, pela ajuda incondicional em todos os momentos. Ao meu pai, que hoje vive em minha memória, e que um dia acreditou em mim e me fez sonhar com esse momento;

As minhas irmãs, Socorro, Márcia e Gerlânia, ao meu irmão Jeová e aos meus sobrinhos pelo apoio em todos os momentos;

Ao meu cunhado Petrônio, pelas vezes que buscou meu filho Pedro na escola enquanto eu estava em aula no mestrado do PPGA;

Em especial, meu maior agradecimento ao Paulo, meu companheiro e amigo, com quem dividiu comigo todos os momentos deste trabalho;

Ao meu amado filho Pedro, que, sem saber, faz meus dias mais felizes;

A Deus, por estar presente em tudo.

## RESUMO

Tendo em vista a magnitude das transformações decorrentes da concretização do Projeto de Transposição do Rio São Francisco no Nordeste Brasileiro, esta dissertação busca descrever e refletir sobre como essas transformações afetam a vida das famílias sitiantes deslocadas do Sítio Riacho da Boa Vista, no sertão Paraibano. Com o intuito de compreender essas mudanças, realizamos uma revisão da literatura antropológica que trata dos impactos socioculturais provocados pela implantação dos grandes projetos governamentais. A partir desse estudo, foi possível compreender que a trajetória de vida das famílias sitiantes foi atravessada por diferentes situações que um deslocamento compulsório impõe e que essas famílias buscam estratégias de resistência para manter os seus modos de vida.

**Palavras chave:** Sitiantes. Deslocamento compulsório. Projeto de integração. Transformações sócio culturais.

## ABSTRACT

Bearing in mind the magnitude of the changes resulting from the implementation of the Transposition of the São Francisco River in the Northeast of Brazil, this thesis aims at describing and reflecting upon how these changes affect the everyday life of rural families (*famílias sitiantes*) displaced from the Sítio Riacho Boa Vista in the *sertão* of Paraíba. Thus, in order to understand these changes, we conducted a review of anthropological literature that discusses the sociocultural impacts caused by the implementation of large governmental projects. Hence, through this study, it was possible to understand that the life trajectory of these rural families was affected by several situations imposed by a compulsory displacement and that these families have been seeking resistance strategies to keep their way of life.

**Keywords:** Rural families. Compulsory displacement. Integration Project. Sociocultural changes.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                         |                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| FIGURA 1- Mapa De localização do município de São José de Piranhas no Estado da Paraíba e no Brasil.....                | 29                                   |
| FIGURA 2 - Barragem Boa Vista .....                                                                                     | 31                                   |
| FIGURA 3 - Genealogia de seu Dantas e Dona Carmem .....                                                                 | 33                                   |
| FIGURA 4 - Genealogia de José e Chica .....                                                                             | 35                                   |
| FIGURA 5 - Genealogia de Damião e Isaura.....                                                                           | 35                                   |
| FIGURA 6 - Genealogia de Cosme e Feliciano .....                                                                        | 36                                   |
| FIGURA 7 - Organização espacial do Sítio Riacho da Boa Vista por grupos familiares. ....                                | 38                                   |
| FIGURA 8 - Organização de casas compostas por famílias nucleares no Sítio Riacho da Boa Vista.....                      | 40                                   |
| FIGURA 9 - Casa no Sítio Riacho da Boa Vista (2017).....                                                                | 42                                   |
| FIGURA 10 - Casa no Sítio Riacho da Boa Vista.....                                                                      | 43                                   |
| FIGURA 11 - Chiqueiro no Quintal do Sítio no Riacho da Boa Vista (2012).....                                            | 46                                   |
| FIGURA 12 - Lavagem de Roupas em Rio no Sítio Riacho da Boa Vista .....                                                 | 49                                   |
| FIGURA 13 - Canais da Integração do PTSF .....                                                                          | 53                                   |
| FIGURA 14 - Barragem Boa Vista (esquerda) e Túnel Cuncas em Construção (direita).....                                   | 54                                   |
| FIGURA 15 - Primeira reunião realizada na escola do cacaré para apresentação do PTSF as Comunidades Atingidas.....      | 57                                   |
| FIGURA 16 - Pedidos de Indenização por Meio Judicial Intermediado pelo STR .....                                        | 65                                   |
| FIGURA 17 - Objetos Doados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas .....                          | 68                                   |
| FIGURA 18 - Distrito Boa Vista, 2013 (esquerda) e 2017 (direita) .....                                                  | <b>Erro! Indicador não definido.</b> |
| FIGURA 19 - Quintal da Casa de Uma Família Sitiante Realocada em Boa Vista .....                                        | 77                                   |
| FIGURA 20 - Casas em Risco de Desabamento .....                                                                         | 80                                   |
| FIGURA 21 - Casas na Cidade em que Residiam Famílias Sitiantes Enquanto Aguardavam Pelos Lotes Residências na VPRS..... | 80                                   |
| FIGURA 22 - VPR Irapuá I (2016) .....                                                                                   | 84                                   |
| FIGURA 23 - Mapa de Localização dos Lotes Residências, Sequeiro e de Vazante da VPR Irapuá I (2017).....                | 86                                   |
| FIGURA 24 - Entrega das Chaves e Manual de Convivência (2016).....                                                      | 87                                   |

|                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 25 - Sorteio dos Lotes de Trabalho (2016) .....        | 90 |
| FIGURA 26 - Mudanças da Cidade para VPR Irapuá I (2016).....  | 90 |
| FIGURA 27 - Chegada das Famílias a VPR Irapuá I (2016) .....  | 90 |
| FIGURA 28 - Casas na VPR Irapuá I (2017).....                 | 91 |
| FIGURA 29 - Casas na VPR com as CozinhasAmpliadas (2017)..... | 93 |
| FIGURA 30 - Casas na VPR Irapuá I (2016).....                 | 95 |
| FIGURA 31 - Casas na VPR Irapuá I (2016).....                 | 96 |
| FIGURA 32 - Quintal de Dona Zefa (Março 2017) .....           | 97 |
| FIGURA 33 - Quintal de Alzira (Março, 2016) .....             | 99 |

## **LISTA DE SIGLAS**

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

MI - Ministério da Integração Nacional.

PTRSF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

PTT - Programa de Transferência Temporária.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental.

VMT - Verba de Manutenção Temporária.

VPR - Vila Produtiva Rural.

## SUMÁRIO

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                      | 14 |
| <b>CAPÍTULO I</b>                                                                                      | 25 |
| I. 1 - O Município da Pesquisa: São José de Piranhas                                                   | 28 |
| I. 2 – Características da Formação e Organização do Território Sertanejo                               | 29 |
| I. 3 - O Riacho da Boa Vista antes da Transposição                                                     | 30 |
| I. 4 – Trajetórias Familiares e Ocupação do Território                                                 | 31 |
| I. 4. 1 - Famílias Conjugais em Destaque                                                               | 36 |
| I. 5 - O Sítio Riacho da Boa Vista e seus sítios                                                       | 38 |
| I. 5.1 - O Chão de casa                                                                                | 41 |
| I. 5.2 - Local do roçado                                                                               | 47 |
| I. 5.3 - A seca e a relação com a água no Riacho da Boa Vista                                          | 48 |
| <b>CAPÍTULO II</b>                                                                                     | 51 |
| II. 1 - O Projeto de Transposição do Rio São Francisco: a maior obra hídrica do país                   | 52 |
| II. 2 - O Projeto de Transposição do Rio São Francisco no Município de São José de Piranhas na Paraíba | 53 |
| II. 3 - A Chegada do Projeto de Transposição ao Sítio Riacho da Boa Vista                              | 54 |
| II. 4 - Os Dias no Sítio Riacho da Boa Vista Antes do Deslocamento                                     | 60 |
| II. 5 - O Processo de Desapropriação                                                                   | 61 |
| II. 5.1 - O processo indenizatório                                                                     | 62 |
| II. 5.2 - A Expulsão dos Sitiantes do Riacho da Boa Vista                                              | 65 |
| II. 5.3 - A Derrubada das Casas no Sítio Riacho da Boa Vista                                           | 67 |
| II. 6 - O Destino dos Sitiantes Deslocados                                                             | 68 |
| II. 6.1 - Boa Vista: um Refúgio de Resistência para a Reprodução dos Modos de Vida                     | 70 |
| II. 6.2 - Transformações Decorrentes da Realocação em Boa Vista                                        | 74 |
| II. 6.3 - Reestruturações dos Modos de Vida em Boa Vista                                               | 76 |
| II. 6.4 - A Espera Indesejada: realocação das famílias sitiantes na área urbana da cidade              | 78 |

|                                                    |     |
|----------------------------------------------------|-----|
| <b>CAPÍTULO III</b>                                | 83  |
| III.1 - Direito ao Reassentamento na VPR           | 84  |
| III.2 - A Vila Produtiva Rural Irapuá I            | 85  |
| III. 3 - Impressões do Território                  | 89  |
| III. 4 - Transformando lotes Residências em Sítios | 90  |
| III.4.1 - Lotes residências ou sítios?             | 93  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS                               | 101 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS                         | 103 |

## INTRODUÇÃO

Em São José de Piranhas-PB, entre os anos de 2004 a 2016, cerca de 466 famílias sitiadas foram obrigadas a deixar seus espaços de vida nos sítios Cuncas, Cacaré, Quixeramobim e Riacho da Boa Vista para dar passagem a construção dos canais e barragens do Projeto de Transposição do Rio São Francisco<sup>1</sup>.

Oficialmente conhecido como Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PTSF), o projeto é uma obra do governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI), com objetivo de transpor água do rio e levar a 390 municípios da região Nordeste atingidos pela seca.

Apontado como única solução viável para acabar definitivamente com os problemas provocados pelas longas estiagens e consequentemente a falta de água na região Nordeste, o projeto de transposição (popularmente conhecido) foi e tem sido alvo de muitos debates, críticas e resistência por parte de diversas camadas sociais: estudiosos, acadêmicos, ativistas, populações ribeirinha, movimentos sociais e líderes religiosos. Embora tenham surgido vários debates questionando o projeto, a legitimação social criada em relação a ele, o colocando como único instrumento de solução para calamidade provocada pelas longas estiagens ocorridas na região Nordeste, fez com que o maior projeto hídrico do país fosse posto em prática.

Os planos para elaboração de um projeto envolvendo o rio São Francisco com supostas intenções de transpor suas águas e levar a outras regiões do país, não são novos. No entanto, a pretensão de um projeto que fosse posto em prática, engatinhava no cenário da política nacional desde o século XIX, mas foi no ano de 2004 que o projeto para desvio das águas do rio São Francisco foi colocado em pauta e aprovado no congresso nacional.

Devido ao caráter “emergencial” dado à obra, ainda no ano de 2004 o projeto começou a ser posto em prática, deixando a população atingida submetida às determinações dos idealizadores do projeto. Esse caráter emergencial de desocupação da área, intermediado por um conjunto de regras impostas pelos implementadores da obra tem causado um

---

<sup>1</sup> O número de famílias sitiadas deslocadas no município de São José de Piranhas foi obtido através do cadastro de desapropriação do MI (2004).

amontoado de experiências traumáticas irreversíveis aos sitiantes do Sítio Riacho da Boa Vista<sup>2</sup> no município de São José de Piranhas-PB.

No Sítio Riacho da Boa Vista, povoado por famílias sitiantes que dividiam os espaços dos sítios com outras gerações e os modos de vida estavam vinculados a relação com a terra, a desocupação da área para execução das obras começou a ser feita antes das políticas compensatórias e de reassentamento terem sido realizadas. Durante anos, as famílias que foram deslocadas ficaram sem rumo, vivendo de incertezas e medos, dispersos pelo município, só em 2016, com a conclusão das Vilas Produtivas Rurais (VPRs), algumas famílias foram reassentadas e tentam retomar a vida nesses novos espaços.

Contudo e a despeito da forma como o Projeto de Transposição do rio São Francisco foi posto em prática no Sítio Riacho da Boa Vista, nos leva a refletir sobre as transformações socioculturais que a implantação do projeto tem provocado na vida das famílias sitiantes. Como aponta Lygia Sigaud.

Os efeitos de um acontecimento como o avanço das águas (especificamente os que incidem sobre as condições sociais de produção) não estão contidos apenas no acontecimento em si, mas são mediatizados pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território. Historicamente e culturalmente construídas, essas relações não estão dadas nem são idênticas onde quer que se decida erigir uma barragem. (Sigaud, 1992, p.1).

As transformações provocadas pela instalação do Projeto de Transposição na vida dos sitiantes do Sítio Riacho da Boa Vista, são atravessadas por diferentes situações: desapropriações, deslocamentos, reassentamentos e resistência na tentativa de reorganizar os seus modos de vida nos novos ambientes.

Através de trabalho etnográfico realizado nos diferentes espaços surgidos em decorrência da desapropriação dos seus territórios, direcionar o olhar a trajetória de vida de famílias sitiantes do Sítio Riacho da Boa Vista, as suas relações de vizinhança, práticas de trabalho, relações com a natureza, os modos de vida, nos ajuda a compreender como está sendo vivenciadas as experiências de transformações por essas famílias. A ideia aqui, não é pensar as experiências vividas no passado como um espelho para as atuais, mas como elementos importantes para compreensão das transformações surgidas com as novas experiências provocadas pelo Projeto de Transposição.

---

<sup>2</sup> Esse caráter emergencial dado aos grandes projetos e consequentemente a desocupação da área para instalação da obra, não se restringe apenas ao PTSF, ao que parece, é prática comum adotada por outros projetos desenvolvimentista e aplicada a outros contextos sociais, como os analisados por Sigaud (1986, 1992), Perry Scott (2009) e Santos (2007).

Esse quadro ao qual encontro correspondência teórica com os debates antropológicos que versam sobre processos de deslocamento compulsório ocasionados pela implantação dos grandes projetos (Lygia Sigaud, 1986, 1992) e (Parry Scott, 2009) enfatizam a forma pela qual os sujeitos vivenciam, interpretam e resistem a tais processos. Por essa via, destacam-se as estratégias utilizadas pelas políticas desenvolvimentistas para garantir a implantação dos projetos de desenvolvimento, as contradições existente entre o que está registrado nas diretrizes e plano de metas do projeto, e o que de fato está sendo posto em prática, bem como, destacam-se os impactos e transformações que os projetos desenvolvimentistas, têm provocado na vida de populações tradicionais, e as estratégias utilizadas por essa população para resistir às imposições do Estado.

Para compreender como vem se dando essas transformações na vida dos sitiantes, estruturamos esta dissertação que está em três capítulos, e a presente introdução. Na introdução, além de contextualizarmos, como foi apresentado acima, será explicitado também, os caminhos da pesquisa, descrevendo como se deu os encontros entre a pesquisadora e o campo, bem como as inquietações do trabalho etnográfico.

No primeiro capítulo, descrevemos como se deu o processo de ocupação e apropriação do território em que as famílias sitiantes viviam no Sítio Riacho da Boa Vista, as trajetórias familiares, os modos de vida, o cotidiano e a relação com o território.

No segundo capítulo, descreveremos as experiências e dilemas vivenciados pelas famílias sitiantes com a chegada do projeto de transposição ao município de São José de Piranhas, os dilemas vivenciados pelas famílias para garantir o direito às políticas compensatórias como, as indenizações, o auxílio temporário e as inscrições para aquisição dos lotes residenciais nas Vilas Produtivas Rurais. Bem como, acompanhar o destino de algumas famílias depois de serem deslocadas de seus territórios, suas experiências e estratégias para adaptação nos novos espaços temporários ou não.

No terceiro capítulo, buscando compreender como se deu o processo de territorialização, os mecanismos utilizados pelo Estado para a fixação das famílias nos novos espaços. Buscamos compreender também como está sendo construída a territorialidade nas Vilas Produtivas Rurais, a chegada ao novo ambiente, à interação com os lotes residências e a retomada dos modos de vida, refletir sobre as experiências e transformações produzidas pelo projeto de transposição.

Ao final das exposições dos capítulos, apresentamos algumas considerações finais sobre aspectos gerais do processo do deslocamento compulsório e do reassentamento das famílias sitiantes nas Vilas Produtivas Rurais.

### **Conhecendo o Campo**

Meu primeiro contato com o campo aconteceu em Abril de 2008, quando eu era estudante de graduação e cursava o primeiro período no curso de ciências sociais na UFCG. Fui ao município de São José de Piranhas a convite da professora Marilda Menezes, essa primeira visita foi para conhecer o campo de pesquisa e fazer companhia a professora na viagem que é longa, no entanto, esse primeiro contato com o campo foi fundamental para os anos que se seguiram de pesquisa no município. Como a professora Marilda já realizava pesquisa no município desde a década de 80, ela já havia construído uma rede bem articulada e receptiva, a qual me inseriu.

Vale salientar que foi nesse primeiro encontro com o campo, que conheci as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São José de Piranhas (STRSJP) e outras figuras representativas das comunidades, e através deles construí a minha própria rede de relações com o campo. Foi nesse encontro também, que ouvi falar pela primeira vez do Projeto de Transposição do rio São Francisco como algo concreto, nessa ocasião, estava acontecendo uma reunião no STR/SJP com os representantes do Ministério da Integração Nacional (MI) e a população local atingida pelo projeto. Um dos representantes do STR/SJP me convidou para participar da reunião e eu aceitei, foi bem interessante, fiz anotações, fotos, entrevistas e peguei contato de algumas pessoas, no entanto, a minha atenção estava voltada para os homens que se deslocavam para o trabalho no corte de cana em São Paulo.

Meu segundo encontro com o campo, aconteceu em dezembro de 2008, quando eu, a professora Marilda e alguns colegas do grupo de pesquisa sobre o mundo rural, ao qual eu faço parte, fomos ao município para acompanhar o retorno dos trabalhadores da cana que haviam se deslocado para São Paulo em abril do mesmo ano. Foi nessa visita ao município que aconteceu o meu primeiro encontro com o Sítio Riacho da Boa Vista.

Era uma quinta-feira à tarde, eu já havia andando durante a manhã toda pelo Sítio Riacho da Boa Vista e voltava para encontrar com os colegas na estrada quando avistei duas casas, uma estava com a parte de cima da porta aberta, então resolvi ir até lá. Quando ia me

aproximando, saiu de uma das casas um homem de idade com uma espingarda na mão, apontando em minha direção e falando: “ninguém me tira daqui”, em seguida atirou para cima. Naquele momento, sai correndo desesperada em direção à casa ao lado, quando saiu da casa uma mulher, ela reclamou com o senhor que atirou “o que é isso? Ficou louco, só pode!”, tentou me acalmar e me pediu desculpas pelo ocorrido.

Naquele instante tentei entender o que podia ter acontecido para motivar tal atitude. A senhora que me socorreu, era filha do senhor que portava a espingarda, ela me falou que seu pai andava estressado porque a família teria que deixar o seu sítio para dar lugar às obras da transposição. Essa informação deixou claro que a intenção do senhor ao atirar, não era a de me ferir, ele apenas queria me afastar de seu sítio, pois acreditava que eu fazia parte da equipe do MI (Ministério da Integração) que tratava do deslocamento dos sitiantes.

Depois desse dia, minha paquera ficou firme com o tema da transposição, pois eu já vinha flertando com o campo desde a primeira vez que percebi na cidade muitas caminhonetes Hilux com slogan do Ministério da Integração e homens com perfil diferente dos que residem no município.

Retornei ao campo pela terceira vez em 2009, como aluna bolsista no projeto sobre o deslocamento de agricultores para o corte de cana em São Paulo. Os encontros com a comunidade sempre foram de boa interação, eu aproveitava a pesquisa com os cortadores de cana e fazia encontros com as famílias atingidas pelo projeto. Em novembro do mesmo ano, ao voltar ao município, acompanhei junto às famílias sitiantes os processos de desapropriação dos seus sítios. Enquanto eu estava tratando com sitiantes sobre os dois temas de pesquisa, os sitiantes pareciam aceitar tranquilamente, quando direcionei o olhar apenas ao tema da transposição, percebi que os sitiantes se incomodavam, não gostava de falar sobre o assunto, então resolvi deixar as perguntas de lado e comecei observar como as famílias estavam vivenciando as novas experiências.

Está foi uma fase muito importante da pesquisa, pois os encontros ficaram mais frequentes, pude me hospedar nas casas das famílias e as conversas sobre a transposição fluíam com tranquilidade e de forma espontânea. As famílias convidavam os vizinhos para falar sobre o assunto comigo, me mostravam documentos e panfletos recebidos nas reuniões que ocorriam sobre a transposição. Entretanto, como eu ainda era aluna de graduação e fazia parte de um projeto de pesquisa que trabalhava com outro tema, fiquei apenas no flerte com o que hoje é meu tema de pesquisa, mas ampliando e arrochando os nós da rede que tecia em campo.

No ano de 2010, ao retornar ao campo, não fui tão bem recebida como das vezes anteriores em que estive em campo, talvez porque nessa época, muitas famílias estavam enfrentando problemas com o deslocamento e as indenizações. Portas que se abriam, começaram a se fechar em tom de desconfiança ou até mesmo de revolta com os estranhos que invadiram suas vidas sem pedir licença. Depois de algumas estratégias em campo, como: deixei de fazer perguntas sobre o assunto da transposição, procurei interagir com outras famílias que também seriam deslocadas, as visitas a comunidade passou a ser intermediada por um morador local, também teve outra estratégia que não foi planejada: o fato de eu estar usando um chapéu de palhas, semelhante ao usado pelos sitiantes para trabalhar na roça. Esse foi um fato muito interessante, pois os sitiantes, principalmente as mulheres, quando me viram com o chapéu de palha, acharam engraçado, mas me confessaram que usam do mesmo chapéu para se proteger do sol. Essas estratégias foram fundamentais para que eu fosse aceita novamente na comunidade, e todos os anos como aluna PIBIC e PIVIV pude acompanhar os dilemas enfrentados pela população de São José de Piranhas até 2015.

Em 2016, já como aluna da pós-graduação no PPGA, retornei ao campo no mês de agosto, onde busquei o encontro com as famílias que já estavam reassentadas na Vila Produtiva Rural, o encontro foi bem receptivo, consegui observar como as famílias estavam vivenciando o novo território. Entre abril e maio de 2017, pude passar dezoito dias em campo acompanhando as famílias no seu dia a dia, um momento crucial para a pesquisa, pois nesse momento tive a oportunidade de acompanhar a interação dos agentes do MI com a comunidade. Nesse momento também tive oportunidade de adentrar o universo dos homens nesse novo espaço, pois fui acompanhada pelo meu companheiro, que foi aceito pela comunidade e principalmente pelos homens que o convidava para participar das atividades realizadas por eles no quintal, no roçado e outras. Esse encontro acabou abrindo ainda mais as portas do campo para mim, pois através do meu companheiro, pude conhecer e refletir um pouco mais sobre esse universo.

### **Inquietações e Caminhos para a Etnografia**

A entrada no campo é um dos momentos mais relevantes para o trabalho etnográfico, e cada vez é única. Diferente de outras ciências onde os documentos e fontes são fixos, na etnografia, embora as fontes possam parecer mais acessíveis, no entanto, são complexas, pois estão atreladas ao comportamento e memória das pessoas (Malinowski, 1984). Assim,

ressalta-se a importância de manter uma boa interação com o campo, no intuito de se chegar ao objetivo principal a que se propõe a etnografia, que é a análise interpretativa a partir da interação entre pesquisador e nativo em campo de pesquisa, descrevendo a vida do grupo de maneira cuidadosa e sensível, orientada por um processo de observação minuciosa e da experiência vivenciada do pesquisador etnógrafo.

Embora alguns autores (Malinowski, 1978) orientem como deve o pesquisador etnógrafo chegar e se portar no campo, no entanto, não existe nenhuma fórmula que assegure ao pesquisador como o campo irá responder a sua presença, visto que o campo se apresenta sempre como uma surpresa.

De fato, todas as vezes que fui a campo para realização da pesquisa etnográfica com as famílias atingidas pelo PTSF foram experiências inusitadas. Como a etnografia propõe que o etnógrafo pesquisador entre, tenha uma boa interação, aceitação e faça parte da vida dos interlocutores, pensava que esta etapa já tinha superado, embora o campo sempre tenha algo a nos revelar. Foi o que aconteceu, em algumas vezes que cheguei ao Sítio segura de ter superado a primeira fase do trabalho etnográfico, que era a aceitação no campo, no entanto, me deparei com alguns conflitos. Como exemplo disso, numa certa ocasião, ao chegar a um sítio, que já tinha frequentado anteriormente, deparei-me com uma moça debruçada na janela que olhava para mim com um ar descontente, sem parecer querer estabelecer nenhum tipo de relação. Aproximo-me da casa e dirijo-me a ela:

Bom dia!

A moça, fechando a janela dizia: “se for da transposição, já vieram aqui!” e fecha a janela da porta sem me dar brechas de esclarecimento do que eu pretendia ali.

Embora alguns etnógrafos coloquem que para conhecer aspectos de uma sociedade que não se apresentam de forma superficial, seja necessária uma permanência do etnógrafo em campo, durante certo período de tempo, e o contato direto entre pesquisador e o campo de investigação, no entanto, a participação, aceitação e o tipo de interação com o campo variam conforme o tema e o contexto em que se realiza a pesquisa etnográfica. Assim, independente da relação que eu havia estabelecido anteriormente, o campo se revelava como novo e misterioso, ressaltando a importância de reflexão sobre as práticas de reinserção ao campo na pesquisa etnográfica.

Após me deparar com a situação anteriormente ressaltada, resolvi me certificar se não se tratava de um caso isolado. Então, fui a outro sítio de uma família onde fiquei hospedada por dois dias quando realizei pesquisa com o tema das migrações. Cheguei a casa e

estavam abertas portas e janelas, encontravam-se na sala a dona da casa, duas filhas e um filho solteiro, aproximei-me e cumprimentei e perguntei se ela se lembrava de mim. Ela respondeu que sim, mas deixou claro que não gostaria de falar sobre a transposição comigo.

A confiança que eu tinha estabelecido com a família nas vezes anteriores que me hospedei na casa estava estremecida. A desconfiança que pairava sobre mim, colocou em cheque qual era o meu verdadeiro lugar, eu era o de fora, o estranho, não importava quantas vezes eu tenha ficado na casa e partilhado de alguns momentos de intimidade, eu sempre seria o outro. Esclareci qual era o meu objetivo ali, todos se manifestaram, mas me pareciam muito desconfortáveis ao falarem da transposição. A mãe se sentia incomodada quando os filhos falavam e pedia “cala a boca menino, não é isso não, vocês não sabem de nada. falam pelos cotovelos”.

Embora eu conhecesse o espaço físico e tivera tido uma boa relação anteriormente com os interlocutores, percebi que nessa nova fase de pesquisa as famílias estavam tensas devido ao assunto da transposição e seria complicado naquele momento obter êxito sobre o meu tema de pesquisa. Resolvi então deixar as perguntas de lado e observar, acreditando que a observação participante é um meio eficaz para a construção do trabalho etnográfico, visto que a observação pressupõe uma interação real do pesquisador com o grupo pesquisado e que é por meio da observação que a verdadeira interação se materializa nos estudos etnográficos (Oliveira, 2000). Assim, comecei a coletar dados, fazer croquis, mapas, fotos e anotações no diário de campo, prática antiga desde Malinowski.

A coleta de dados referentes a um grande número de fatos é, pois, uma das fases principais da pesquisa de campo. Nossa responsabilidade não se deve limitar a enumeração de alguns exemplos apenas, mas sim, obrigatoriamente, ao levantamento, na medida do possível exaustivo, de todos os fatos ao nosso alcance. (Malinowski, 1978, p. 30)

Nesses momentos de observação, fiquei ansiosa com os acontecimentos e a complexidade das informações que chegavam a mim. A partir desse momento, após ter levantado tantos dados, passei a me questionar que apenas os dados observados não podiam oferecer informações suficientes para que eu pudesse compreender a realidade do outro, pois, apenas o convívio com o outro por meio da interação entre pesquisador e informante permitiria ao pesquisador captar os aspectos implícitos de uma sociedade (Malinowski, 1984).

Percebendo a importância da experiência direta e prolongada, da observação cuidadosa e sensível do etnógrafo na realização da pesquisa etnográfica, busquei estratégias

para ser aceita novamente em campo, visto que seria impossível para o etnógrafo captar os elementos necessários para construção de uma etnografia apenas por meio da observação, o pesquisador reuniria material morto, que não o conduziria a compreensão da vida nativa (Malinowski, 1978).

Como eu queria ter uma boa interação com famílias sitiadas atingidas pela transposição e esse era um tema delicado, eu não queria ser vista com desconfiança, procurei auxílio com um funcionário do STR/SJP, que tem uma boa interação com os sitiados atingidos pelas obras da transposição. O funcionário me levou a um sítio de uma família bem conhecida pelos outros sitiados e que também seria atingida pela transposição. Explicando que eu não fazia parte da equipe da transposição e que não tinha nenhuma relação com o governo. As pessoas sorriram de forma tímida e se abriram para um diálogo respondendo de forma espontânea às minhas inquietações, no entanto, ainda me tratavam de forma desconfiada.

Com os resultados ainda desanimadores, resolvi me afastar e fui fazer um passeio com os funcionários do sindicato pelas áreas desapropriadas. Fiz muitas fotografias do local e retornando ao campo resolvi mostrá-las às famílias sitiadas com a intenção de observar a reação delas. Fui ao sítio e chegando a casa de uma família atingida pela transposição a porta estava aberta e a dona da casa estava sentada no batente da porta, aproximei-me e cumprimentei-a:

Boa tarde, tudo bem?

A senhora me respondeu: Mais ou menos!

Perguntei sobre a transposição e ela me respondeu que não queria nem falar, falei para ela que tinha ido olhar o início das obras e que tinha fotografado, perguntei se ela queria ver as fotografias, ela respondeu que queria. Quando comecei a mostrar as fotos ela pediu que eu esperasse e chamou a nora e o filho para ver as fotos, quando eles se aproximaram ela disse: “ela foi lá e tirou fotos”, e logo em seguida me perguntou: “como tá lá, muita gente trabalhando?” Respondi e começamos a conversar de forma descontraída sobre a transposição, ela me convidou para entrar e pediu que a nora me trouxesse café. Em meio ao café, a senhora pediu que a nora fosse chamar a vizinha para falar um pouco sobre a transposição, alegando que a vizinha sabia mais informações sobre o assunto que ela. A conversa durou a tarde toda e na hora de ir embora ela me convidou para ficar hospedada em sua casa, elaborando uma agenda de visitas aos vizinhos para os dias posteriores. Comecei a ficar animada, pois as portas do campo começaram a se abrir novamente para mim.

Outro fato que me chamou atenção e me faz perceber que eu realmente fui aceita novamente, foram os segredos de família que chegaram a mim, brigas de família, confidências amorosas e um fato isolado de proteção e cuidados de alguns membros da comunidade quando fiquei hospedada em uma casa no sítio e tive uma crise de enxaqueca, nessa ocasião alguns membros se mobilizaram para buscar remédio na cidade, fizeram chá, muitos foram os momentos que me vi acolhida pelos membros da comunidade, como em uma reunião com o MI que fui participar, um dos representantes do MI cismou comigo e falou que eu não poderia filmar a reunião, imediatamente os moradores responderam que eu era deles: “ela é nossa aqui”.

Compreendo que os caminhos para uma etnografia estão apenas começando, visto que o resultado do trabalho do etnógrafo está para além da observação participante, de anotações no diário de campo, de fotografia, de traçar parentesco, outros elementos são fundamentais como o olhar e ouvir. O olhar e ouvir disciplinados permite ao etnógrafo que participe das atividades, do dia a dia, dos afetos e desafetos e dos interesses de um grupo. “Olhar e ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar, por meio da qual o pesquisador busca interpretar, compreender a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade” (Oliveira, 2000, p. 30).

Assim, o olhar e ouvir faz parte da primeira etapa do trabalho etnográfico, enquanto o escrever faz parte da segunda etapa. O olhar e ouvir faz parte da pesquisa empírica, do momento vivenciado com os nativos, estar no campo, “estando lá”, e a segunda corresponde à experiência do etnógrafo “estando aqui”, com seus pares desfrutando de debates acadêmicos, e trabalhando em seu gabinete (Oliveira, 2000). Dessa forma, a pesquisa empírica é apenas uma parte do trabalho etnográfico, a outra parte é referente ao esforço posterior que o etnógrafo deverá fazer a partir da experiência em campo para a compreensão, interpretação e construção do relato etnográfico.

O relato etnográfico deve, assim, ser apresentado em forma de texto, expressando os significados das relações, dos acontecimentos, dos rituais de um grupo. A etnografia não pode ser compreendida como um método em que o pesquisador utiliza para aproximar-se do seu campo empírico, a etnografia é um trabalho antropológico e deve compreender as teias de significados, é uma interpretação da interpretação (Geertz, 2008). A etnografia é,

Uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato- a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados- é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são

simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (Geertz, 2008, p. 7).

Nesse sentido, a etnografia é a própria experiência vivida pelo pesquisador, “um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (Magnani, 2002, p.17). Assim, como procuro compreender as práticas cotidianas das famílias camponesas atingidas pelo PTSF, pretendo entrar em contato com o universo dos pesquisados e compartilhar de seus horizontes, não para permanecer lá ou me tornar um nativo, mas para em uma relação de troca, comparar minhas próprias teorias com a deles e tentar uma nova forma de compreensão, não prevista anteriormente.

Compreendendo que a proposta do trabalho etnográfico exige muito mais que exercícios de levantamento de dados, o trabalho etnográfico é uma pesquisa qualitativa, que também permite o uso de métodos quantitativos como auxiliador de caráter complementar, no entanto, seu objetivo é apreender o ponto de vista do outro, sua interação com a vida, sua visão do seu mundo (Malinowski, 1976). Nesse sentido, o trabalho etnográfico exige a minha imersão no mundo das famílias por mim pesquisadas, buscando compreendê-las em seus próprios termos no intuito de alcançar uma interpretação dos sentidos simbólicos reais e que considere importantes.

## CAPÍTULO I

### O Lugar do Deslocamento

O território não se delinea por meio de limites geográficos, não é estático no tempo, e está além das restrinjas que compõem o espaço físico, ele é vivo por está sempre em movimento, sendo construído e reconstruído ao modo de vida e de interação de um grupo com a natureza. O território de um grupo é o lugar onde as pessoas constituem sua morada, trabalham, se alimentam, interagem, vivenciam o cotidiano e atribuem sentidos e significados que as identificam a esse espaço. Como apresenta Haesbaert.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (1997, p. 42).

A importância do tema do território para as ciências sociais e em particular para a antropologia não é algo novo. No livro, *A sociedade antiga* (1987), Lewis Morgan já utilizava a noção de território para mostrar a distinção entre *societas* e *civitas*, baseada no parentesco, território e propriedade. No Brasil, os estudos antropológicos reincidentem sobre o tema quando os debates sobre a territorialidade, compreendida como um processo de construção e reconstrução de um território, ou seja, do espaço de vida de uma população, passam por dimensões jurídico-políticas.

Apesar de associados, os dois termos territorialidade e territorialização possuem significados diferentes dentro da literatura antropológica. A territorialidade trata-se da forma pela qual o próprio grupo vive e significa o território, ou o espaço geográfico (Paul Little, 2002), esse autor define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica do seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território, ou *homeland*”(p.3). Implica que os múltiplos territórios são produtos históricos de processos sociais e políticos.

No caso da territorialização, Pacheco de Oliveira (1999) compreende o fenômeno decorrente da incorporação de um grupo específico a uma situação colonial, na qual passam por transformações sujeitas a fatores político-administrativos. Oliveira define territorialização como:

Um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismo políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (1999, p. 22).

O processo de territorialização deflagrado pela instância política com intuito de promover a divisão e demarcação do espaço geográfico, bem como a fixação de um grupo a espaços físicos específicos, provocam mudanças na territorialidade dos grupos, promovendo uma nova relação do grupo com o território.

Em relação ao sitiante, podemos destacar que é uma noção construída historicamente por meio de processos da formação do campesinato brasileiro. O termo sítio pode ser compreendido a partir de três sentidos, como identificou Ellen Woortmann (1995), em seu estudo com sitiantes da mata e do sertão de Sergipe.

O primeiro sentido de sítio corresponde ao conjunto casa-quintal, constituindo-se assim, no espaço feminino. Ele pode designar também, uma parcela de terra onde se localiza a casa ou o chão de morada, numa extensão de terras não contíguas do sitiante. O sítio também pode estar localizado no interior de uma fazenda ou engenho.

O segundo sentido de sítio trata-se do conjunto de espaços articulados entre si: mato, capoeira, roçado, quintal, etc. Em contraste com a casa, constitui um espaço masculino, do pai da família. Em determinados momentos, o sítio corresponde a uma família elementar, e em outro, a uma família extensa.

O terceiro sentido de Sítio apresentado pela autora corresponde a um conjunto de sítios, no segundo sentido aqui definido, e como tal a um bairro rural, mais especificamente, a um *território de parentesco*<sup>3</sup>.

Em relação ao campesinato, por não se constituir como uma categoria homogênea, mas sim, de formas e em contextos diversos, o campesinato pode ser pensado como uma categoria guarda chuva que comporta diversas modalidades de camponês. Ademais, “a discussão contemporânea sobre camponeses enfatiza que eles não são uma categoria homogênea, mas se constituem historicamente por meio de processos de diferenciação social” (Shanin, 1965, 1970, 1980; Galeski, 1972, p.46, *apud*, Menezes, 2009, p, 271). Por outro lado, percebe-se uma aceitação em relação a traços característicos comuns na definição de camponês (Menezes, 2009). Assim, o campesinato tem particularidades que o caracterizam.

---

<sup>3</sup> O terceiro sentido de Sítio é apresentado pela autora com S maiúsculo para se diferenciar dos outros dois primeiros sentidos de sítios.

O campesinato consiste em pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipamentos simples e do trabalho de suas famílias, produzem principalmente para seu próprio consumo, e para o cumprimento de obrigações com os detentores do poder econômico e político. (Shanin, 1965, p.23 *apud*, Menezes, 2009, p. 271).

No que se refere à dinâmica interna a relação produção familiar e autoconsumo que orienta o funcionamento do campesinato, traz consigo uma intranquilidade quando se refere às necessidades de consumo, o que resulta na necessidade de trabalho assalariado complementar como uma estratégia de reprodução familiar Menezes (2009). Assim, Garcia Júnior (1989); Menezes (1985; 2002); Scott (1982, 1995) e Klaas Woortmann (1990), apontam que o processo de diferenciação camponesa pode ser compreendido sob a ótica das várias estratégias de reprodução social, tais como emprego local, pequeno comércio e as migrações em busca de trabalho assalariado (Menezes, 2009).

Os sitiantes são camponeses que detêm o domínio sobre a terra, em alguns casos sobre um território definido por princípios de parentesco (Garcia Jr. 1983; Klaas Woortmann, 1990; Godoi, 1999). No entanto é importante ressaltar que o grupo atingido não é um grupo submisso, ao contrário, é um grupo que se utiliza de estratégias de resistência às imposições do Estado para garantir a reprodução dos modos de vida.

O termo resistência é importante para compreendermos como está sendo o cotidiano das famílias sitiantes atingidas pela Transposição do São Francisco. De acordo com Scott (2002), os grupos relativamente sem poder se utiliza de estratégias, que embora pareçam irrelevante por não se caracterizarem pelo confronto direto na luta contra os subordinadores, são na realidade formas cotidianas de resistência. Nesse processo, a resistência cotidiana parece ser a única alternativa possível, embora as “armas dos fracos” só possam afetar lateralmente a ordem social assimétrica, elas contrariam a subordinação passiva.

Inserida nesse debate, esta pesquisa tem como preocupação refletir sobre o deslocamento compulsório de famílias sitiantes provocados pela implantação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

## **I. 1 - O Município da Pesquisa: São José de Piranhas**

O Sítio Riacho da Boa Vista, comunidade de origem das famílias sitiantes desta pesquisa estava localizada no município de São José de Piranhas, no Sertão da Paraíba<sup>4</sup>, o município limita-se ao Norte com o município de Cajazeiras e Cachoeiras dos Índios; ao Leste, com os municípios de Carrapateira e Aguiar; ao Sul, com Monte Horebe e Serra Grande e, ao Oeste, com o município de Barro, no Ceará e está a 503 km da capital João Pessoa.

A história do município de São José de Piranhas tem início em meados século XVII, constituído a partir das antigas sesmarias, pertencentes à Casa da Torre, Bahia<sup>5</sup>. Em meados do século XVIII, a sesmarias São José de Piranhas foi repartida entre os sesmeiros que ocupavam a região (Leitão, 1985, p.18), dando origens a várias fazendas, entre elas, a fazenda São José, onde foram se construindo casas e formando um povoado denominado de Vila São José. Em 1840, a Vila São José é elevada à categoria de matriz, subordinada ao município de Cajazeiras. Sua emancipação só ocorreu no ano de 1985.

Em 1932, devido à construção de uma barragem denominada Açude de Engenheiro Ávido, para captar água do Rio Piranhas, o município de São José de Piranhas, conhecido hoje como Piranhas Velha, foi deslocado para uma área próxima denominada de Jatobá, no ano de 1936.

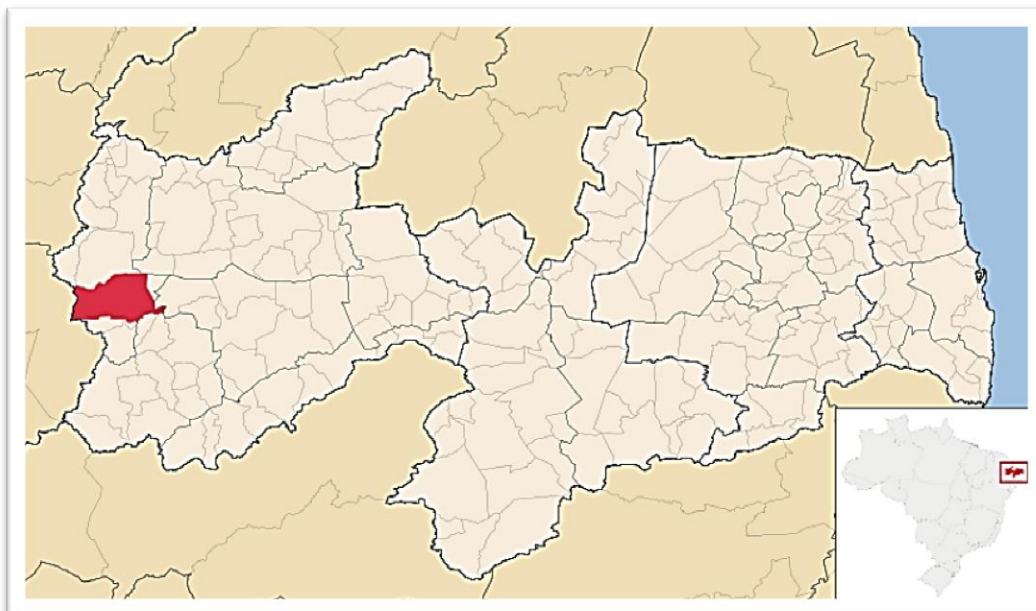
De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o município de São José de Piranhas conta atualmente com uma população total de 19.096 habitantes, sendo 56,54% da população habitavam a zona urbana do município contra 43,46% habitavam a zona rural com densidade demográfica de 28,19 hab./km<sup>2</sup>.

---

<sup>4</sup> Nome sugerido pelo IBGE (2008).

<sup>5</sup> Casa da Torre foi um grande latifúndio, que estendeu seus domínios pelo norte da Bahia, sul do Piauí, oeste de Pernambuco, sul do Ceará e oeste da Paraíba. Sobre esse assunto ver: Lima (2010).

FIGURA 1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DESÃO JOSÉ DE PIRANHAS NO ESTADO DA PARAÍBA E NO BRASIL



FONTE: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba\\_Municip\\_SaoJosedePiranhas.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_SaoJosedePiranhas.svg). Acesso: 10 set 2017

As reflexões abaixo sobre a ocupação e organização do território sertanejo são importantes para nos ajudar a compreender quem são e de onde está falando os sujeitos desta pesquisa, bem como, as transformações provocadas pelo Projeto de Transposição do Rio São Francisco em seus modos de vida.

## **I. 2 – Características da Formação e Organização do Território Sertanejo**

O Sertão Paraibano onde se localizava o sítio Riacho da Boa Vista era uma área caracterizada por grandes fazendas de gado. Como em algumas regiões sertanejas do Nordeste brasileiro, a agricultura no sertão paraibano foi pouco desenvolvida devido às grandes propriedades produtoras de gado. Antes da colonização portuguesa no século XV, o território era povoado pelos Tarairiús das tribos Àrius e Panatis, e pelos Cariris das tribos Icós e Coremas. Ocupada desde o século XVII por grandes criadores de gado. Essa ocupação se deu por conflitos entre os povos nativos e colonizadores (Moreira e Targino, 1997).

A colonização europeia se deu, a princípio, pela costa litorânea, onde predominava a plantação de cana de açúcar, um dos principais fatores de modificações na paisagem do nordeste brasileiro. Posteriormente, com a expansão do território brasileiro é que se estendeu

no sentido interior, com o objetivo de se investir na criação do gado (Andrade, 1986). A ocupação do território sertanejo se deu por meio da concessão de terras através das sesmarias, por incentivo da Coroa Portuguesa com intuito de promover a colonização dos lotes de terra, passou a conceder aos colonos que vinham para o Brasil, sesmarias para desenvolverem a produção.

O algodão também faz parte da formação do sertão, essa modalidade na agricultura sertaneja foi possível devido ao crescimento da indústria têxtil inglesa, bem como, a saída dos EUA do mercado mundial, ampliando assim a demanda no mercado internacional. Essa abertura do mercado mundial para a compra do algodão brasileiro estabeleceu no sertão a combinação gado-algodão-policultura, trinômio, marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano, até a primeira metade do século XX (Moreira e Targino, 1997, p. 77). Assim, o algodão passou a ocupar não só as fazendas de gado como também, os pequenos lotes de terra e sítios, dividindo espaço com o gado e a pequena agricultura.

Na década de oitenta a produção do algodão, com a crise do bicudo<sup>6</sup>, entra em colapso, e o trinômio gado-algodão e policultura perde um de seus pilares. Com o declínio do algodão, a pequena propriedade volta à agricultura de subsistência e a grande propriedade volta à produção do gado. Entretanto, apesar dos currais e das sesmarias, não foi o grande latifúndio que efetivamente povoou a região sertaneja do nordeste brasileiro. Pelo contrário, a ocupação efetiva foi realizada em grande parte por posseiros, brancos livre-pobres ou caboclos e negros, ou mesmo por homens livres autorizados pelo sesmeiros a ocuparem terras (Ellen Woortmann, 1995).

É em meio a essa conjuntura que surgem os pequenos agricultores, sitiantes sertanejos, que desde cedo se defrontaram com os grandes criadores de gado. Eram posseiros, e não proprietários legais da terra, tornando-se vulneráveis, a partir de meados do século passado, frente à expansão da grande propriedade (Klaas Woortmann, 1990).

### **I. 3 - O Riacho da Boa Vista antes da Transposição**

A comunidade Riacho da Boa Vista estava localizada ao leste, na área rural do município de São José de Piranhas, próximo ao distrito de Boa Vista, onde hoje se encontra a maior barragem construída pelas obras da Transposição do Rio São Francisco no nordeste brasileiro.

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma praga que afetou fortemente a economia algodoeira especialmente no Nordeste nas décadas de 70 e 80. Sobre esse assunto ver Moreira e Targino (1997).

A comunidade é reconhecida pelos seus moradores como Sítio Riacho da Boa Vista. O Riacho da Boa Vista era formado por pequenos sítios pertencentes às famílias Diniz, Gonçalves, Bandeira, Silveira, Flôr, Silva, entre outras, que ao chegar à região iam se estabelecendo próximo aos rios. Os nomes de algumas comunidades derivam desses rios que orientaram o estabelecimento das famílias a esses territórios, por exemplo, o Sítio Riacho da Boa Vista. Os sítios eram comportavam famílias conjugais: o dono da terra, seus filhos e netos, bem como os moradores e rendeiros.

FIGURA 2 BARRAGEM BOA VISTA



FONTE: Google Maps (2018)

#### I. 4 – Trajetórias Familiares e Ocupação do Território

Os grupos familiares aqui trabalhados têm nas suas trajetórias de vida pontos em comum, tanto no que diz respeito à ocupação do território como em seus modos de vida, trabalho, crença, bem como o histórico de deslocamento para o trabalho em outros estados do país. São famílias que tem origem na zona rural, nasceram e se criaram. Sitiantes que desde cedo viveram sob as condições impostas pelo regime fundiário brasileiro e que atualmente vivem um novo processo de expropriação dos seus territórios por parte dos programas desenvolvimentistas implantados pelo governo. Não se trata de um estudo sobre parentesco, nem tem a intenção de homogeneização dos relatos, no entanto, são relatos e grupos que nos

permitem contextualizar e ter uma visão mais ampla do processo de territorialização vivido pela comunidade.

Antes do deslocamento, viviam no Sítio Riacho da Boa Vista um total de sessenta e oito famílias que dividiam os espaços dos sítios entre si. Como não é possível descrever a trajetória de vida de todas as famílias que residiam no Sítio, procuro me deter na trajetória de famílias que dividiam os espaços de um sítio no Riacho da Boa Vista. Essas famílias, assim como tantas outras que residiam no Sítio, têm um histórico de ocupação do espaço semelhante e que se entrelaçaram durante o período de vivência nesse espaço. Assim, as trajetórias familiares aqui apresentadas podem nos oferecer subsídios para entender o processo, desde a ocupação do território em que moravam antes do deslocamento até os momentos atuais onde residem nas Vilas Produtiva Rurais.

Começamos pela trajetória da família Dantas, pois segundo os sitiantes da comunidade, essa família foi uma das fundadoras do Sítio Riacho da Boa Vista, também vamos descrever a trajetória da família de Dona Zefa, pois ela também dividia o espaço do sítio com a família Dantas.

Seu Dantas e sua esposa Carmem chegaram à Paraíba no início da década de 1930 a procura de trabalho, chegaram a Fazenda Boa Vista da Família Ribeiro onde encontraram uma “alma boa” que lhes concederam um sítio na fazenda para morar e garantir o sustento da família. O sítio é o espaço que vincula o local de morada, e o local do trabalho da família, ocupação territorial comum ao nordeste brasileiro, o sítio pode se constituir no interior de uma fazenda ou engenho, seja a terra de posse legal do sitiante ou não (Ellen Woortmann, 1995).

Seu Dantas trabalhava na fazenda como vaqueiro, atividade comum na formação no território sertanejo<sup>7</sup>, e que possibilitou aos homens pobres livres a aquisição de pequenos lotes de terras já que os vaqueiros trabalhavam sob o sistema de quarteação, ou seja, a cada quarto bezerro nascido um era destinado ao vaqueiro em troca de seus serviços (Moreira e Targino, 1997). Assim, para criar o gado ganho em troca dos serviços o vaqueiro se apossava ou adquiria o seu lote de terra com a venda de algum bezerro ganho. Como sitiantes, tinham concessão da casa, um pequeno pedaço de chão onde possuía uma pequena roça, algumas fruteiras, poucas galinhas e uns poucos garrotes.

Entre as décadas de 30 e 40 o fazendeiro começou a desmembrar a fazenda. Seu Dantas, então, vendeu os três garrotes que tinha adquirido como vaqueiro e comprou o sítio em que vivia e mais um pedaço de terra. Ele passou, assim, a ser proprietário legal do sítio

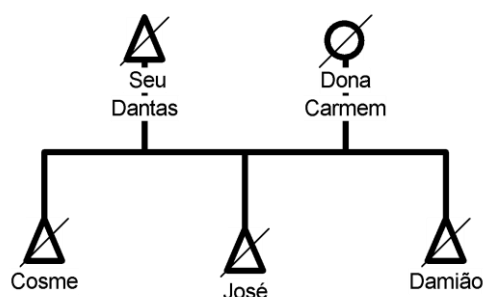
---

<sup>7</sup> Sobre a formação do território sertanejo, ver Manoel Correia de Andrade: A terra e o Homem no Nordeste, 2005.

com escritura da área lavrada em cartório em seu nome. Nota-se nesse momento, uma modificação na condição da família sitiante que vivia sob a condição de subordinação no interior da fazenda, mas que com a aquisição do próprio sítio passa a viver livre dos domínios do fazendeiro. Garcia Jr. (1989) em seu estudo com camponeses paraibanos, ressalta que aquisição da casa ou da terra marca a passagem da família camponesa que sai da condição de sujeição ao qual era submetida aos mandos e controle do patrão, e passa a viver como liberto, livre do controle do fazendeiro.

Na década 40, seu Dantas já ocupava o território como sitiante liberto, e aquele território (a fazenda Boa Vista), antes propriedade de uma só pessoa (o fazendeiro) começou a ser povoado por famílias nucleares de ex-moradores que se tornaram livres e constituíram, a partir daí, o Sítio Riacho da Boa Vista. Nesse território, ainda durante essa época, seu Dantas e dona Carmen tiveram três filhos: José, Damião e Cosme.

FIGURA 3 GENEALOGIA DE SEU DANTAS E DONA CARMEM



Quando os três filhos de seu Dantas e dona Carmem ficaram adultos e se preparavam para casar, seu Dantas então decidiu dividir a propriedade. Deu a cada filho um pedaço de terra para que construíssem a casa e colocassem a roça de cada nova família que se formava. O lote de terra que continha à casa do patriarca ficou com o último filho que casou. Alzira contou o que ouvia de seu pai, José.

Alzira: Foi assim, meu avô dividiu a terra entre os três filhos. Quer dizer, dividiu não! Disse que era dos três, e para não ter briga depois que ele morresse, ele (o avô) mostrou onde seria a parte de cada um.

Giovana: E como foi que dividiu ou mostrou?

Alzira: Foram lá, meu avô e os três irmãos. Meu avô e eles tiraram a medida, aí meu avô pegou uma pedra grande e colocou na marca, na parte que dividia o lado de cada um. Aí pediu aos filhos que pegassem as duas testemunhas e colocassem ao lado da pedra grande.

Giovana: Como assim, quem eram as testemunhas?

Alzira: Era assim, colocava uma pedra grande na marca que dividia os lados, e de cada lado da pedra grande colocava duas pedras pequenas.

Giovana: As testemunhas eram as pedras pequenas?

Alzira: Sim, sim. Porque as testemunhas não deixavam mentir, cada testemunha era de um irmão. A testemunha de um lado era de um irmão e a do outro lado, era do outro irmão. Desse jeito, nenhum podia avançar para o lado do outro porque as testemunhas não deixavam.

Giovana: Então, cada filho recebeu a escritura da sua parte da terra?

Alzira: Não, como assim escritura? Ninguém tinha papel nenhum não. O documento que você chama aí era só do meu avô quando ele comprou do Ribeiro. Por que não ia deixar no nome dos outros né. Mas a gente mesmo, ninguém tinha papel nenhum, todo mundo sabia o que era seu. Na verdade, bichinha, tudo era de todo mundo.

Embora tenha sido realizada a partilha da terra em pequenos lotes entre os membros da família, inexistia ali qualquer divisão formal da terra. A partilha de boca representou uma forma de manifestação do direito costumeiro em detrimento do mero direito formal (as duas pedras como testemunhas). Nesse sentido, as pedras como testemunhas, usado pelo patriarca demonstra o uso dos arranjos familiares tradicionais. Entretanto.

A ausência da noção de propriedade mercantil individual não implica a ausência da noção de apropriação familiar. Tampouco a ausência de partilha e a posse em comum implica a ausência do domínio privado, isto é, por um grupo doméstico, sobre a parte dessas terras por ele cultivada (Ellen Woortmann, 1995, p. 222).

À medida que a família crescia iam povoando o sítio. José casou com Chica, filha de seu Batista. Seu Batista era morador de uma fazenda próximo ao sítio Riacho da Boa Vista e, diferente de seu Dantas, permaneceu nessa condição ainda muitos anos. O casal (José e Chica) tiveram treze filhos, sendo que dois faleceram, cinco se deslocaram para o Estado de São Paulo para trabalhar e acabaram morando e constituindo família por lá, e os outros seis filhos ficaram no Riacho da Boa Vista. Alzira é uma das filhas que ficou no sítio, ela nos conta por que os irmãos se deslocaram para outro estado.

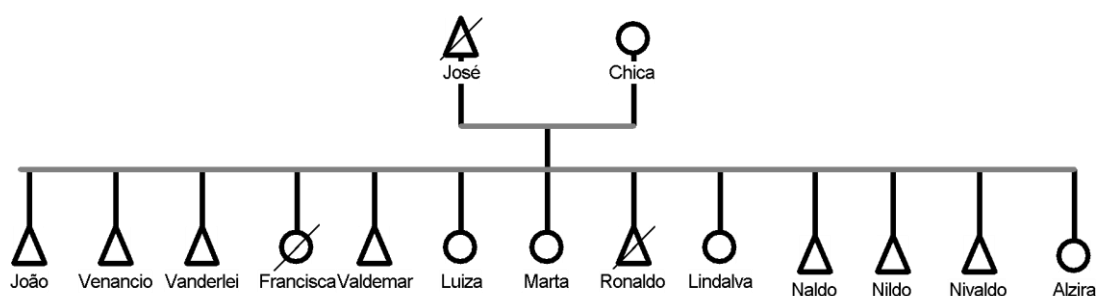
Alzira: É por que... Veja, quando meu avô era vivo ele tinha chão para os três filhos morarem e plantar. Aí desse, além dos três, teve o monte de filhos de cada um. Lá em casa, foram uns e outros ficaram, e mesmo assim alguns trabalhavam de alugado, porque a terra era pouca para todo mundo. (Entrevista realizada em 2017).

Os estudos de Garcia Jr. (1989) e Menezes (1985) apontam que o deslocamento de pessoas que saíam do Estado da Paraíba para outros Estados se mostrou como estratégia de

reprodução da família camponesa. Buscavam sobreviver nas cidades de destino; enviar recursos para casa no nordeste; poupar dinheiro (Menezes, 1985), e em alguns casos acabavam morando nas cidades de destino para que outros membros garantissem a reprodução da família no lugar de origem.

Com a chegada do PTSF, após receber indenização pela casa desapropriada em 2006, José e Chica foram para São Paulo morar com os filhos que viviam lá. José faleceu no ano de 2009. E Chica permaneceu morando em São Paulo com os filhos.

FIGURA 4 GENEALOGIA DE JOSÉ E CHICA

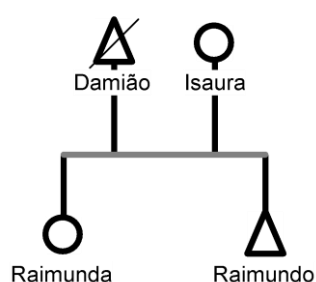


**LEGENDA:**

- 1- Filhos que moram em São Paulo: Luiza, Marta, Lindalva, Nildo e Nivaldo.
- 2- Filhos que moram em outros sítios no município: João e Venâncio.
- 3- Os filhos que moravam no Sítio Riacho da Boa Vista antes do deslocamento: Vanderlei, Valdemar, Naldo e Alzira.

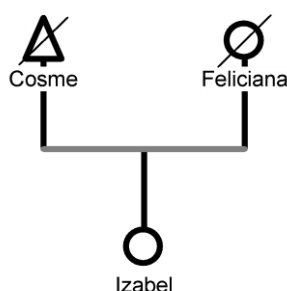
O outro filho do casal, Damião e sua esposa Isaura tiveram dois filhos: Raimundo e Raimunda, os dois casaram e também construíram a casa próxima a do pai.

FIGURA 5 GENEALOGIA DE DAMIÃO E ISAURA



Cosme, o filho mais novo do casal Dantas e Carmem, e o último a casar, permaneceu morando na casa do pai que tinha enviuvado. O casal teve uma filha Isabel, que ao casar com o primo Raimundo foi morar na casa próxima a do tio e sogro Damião.

FIGURA 6 GENEALOGIA DE COSME E FELICIANA



Como Cosme não tinha nenhum parente morando próximo a sua casa, ele deu por consideração um chão de casa ao sobrinho de sua esposa. Após a morte do pai e da esposa, ao se sentir só, Cosme deu então, por consideração, um chão de casa a Zefa, em troca dos seus cuidados quando ele estivesse velho e doente. Zefa era filha de seu Batista e irmã de Chica, casada com José, irmão de Cosme. Anos depois, Cosme também deu um chão de casa ao pai e ao irmão de Zefa.

#### **I. 4. 1 - Famílias Conjugais em Destaque**

##### **a) Zefa e Francisco**

Zefa nasceu em 1957 na fazenda Boa Vista no município de São José de Piranhas. No ano de 1975 casou-se com seu Francisco, nascido em 1955 na fazenda Guariba, também em São José de Piranhas, próximo a fazenda Boa Vista. Após o casamento foram morar na casa em que o pai de Zefa (Seu Batista) era morador na fazenda Boa Vista. Depois de um ano e meio vivendo como moradores, o casal foi morar no Sítio Riacho da Boa Vista, pois havia ganhado um chão de casa de Cosme, cunhado de sua irmã Chica, local onde viveu até serem deslocados pelo Ministério da Integração em 2012. O casal teve quatro filhos, três dos quatro

filhos moram em Piracicaba no Estado de São Paulo e uma filha mora com os pais na Vila Produtiva Irapuá I. O casal relata:

Zefa: Eu nasci e me criei praticamente no Riacho da Boa Vista, quando foi pra me casar eu disse a Francisco, só caso se for pra morar aqui, e assim foi. Até que definitivamente fui morar no Riacho. Lá eu criava meus bichos, tinha minha horta, tinha minhas coisinhas, meus parentes, vizinhos e amigos. Seu Francisco: Fui pra o Riacho a pedido dela, morar no que era nosso. Lá criei meus filhos, tinham meu roçado, meus amigos e meus compadres. (Entrevista realizada em 2017)

A família foi deslocada do Sítio Riacho da Boa Vista em março de 2012, e ficaram residindo temporariamente em uma comunidade próximo a Vila Boa Vista até março de 2016, quando foram para a Vila Produtiva Rural Irapuá I, onde vivem até hoje.

#### **b) Valdemar e Cláudia**

Valdemar nasceu em 1962 no Sítio Riacho da Boa Vista, filho de José e Chica. Valdemar casou com Claudia, em 1985. O casal construiu uma casa no sítio dos pais do noivo no Sítio Riacho da Boa Vista. Lá tiveram cinco filhos. Em 2012 a família foi deslocada para dar passagem à transposição do Rio São Francisco, após o deslocamento a família foi morar na cidade e permaneceram lá até irem para a Vila Produtiva Rural em 2016.

#### **c) Alzira e Marcos**

Alzira nasceu em 1977, no Sítio Riacho da Boa Vista. Irmã de Valdemar, filha de José e Chica. Em 2005, Alzira casou-se com Marcos, nascido e criado no sítio Cuncas, também na área rural de São José de Piranhas, próximo ao Sítio Riacho da Boa Vista. Após o casamento, o casal foi morar no sítio do tio de Marcos, local que viveram até serem deslocados pela transposição. O casal teve três filhos, dois nascidos no Sítio Cuncas, e o terceiro nasceu na Vila Boa Vista. Em 2012, depois do deslocamento a família foi morar na Vila Boa Vista, local onde compraram uma casa com o dinheiro da indenização. Hoje, a família vive na Vila Produtiva rural Irapuá I. Alzira Relata:

Alzira: Eu nasci e me criei no Riacho. Era todo mundo junto no Riacho, fazíamos festas, rezas, desde eu menina que ajudava os vizinhos. Éramos todos família. Quando eu casei fui para

Cuncas, mas não gostava, só vivia no Riacho, na casa da minha mãe, dos meus irmãos. (Entrevista realizada em 2016)

Alzira é sobrinha de Zefa e foram vizinhas no Sítio Riacho da Boa Vista até Alzira casar e ir morar no Sítio Cuncas. Hoje tia e sobrinha voltaram a morar próximas, pois são vizinhas na VPR Irapuá I. Também moram na VPR, seus três irmãos que foram deslocados pela transposição, mas esses residem em lotes distantes um dos outros.

### I. 5 - O Sítio Riacho da Boa Vista e seus sítios

O Sítio Riacho da Boa Vista era composto por pequenos sítios ocupados por famílias nucleares que dividiam esses espaços entre si. A figura abaixo nos mostra como estavam agrupados os sítios no Riacho da Boa Vista.

FIGURA 7 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SÍTIO RIACHO DA BOA VISTA POR GRUPOS FAMILIARES.



FONTE: Mapa construído em parceria com os sitiantes deslocados do Riacho da Boa Vista

A cada família nuclear, correspondia um chão de casa dentro do sítio. O chão da casa era formado pelo conjunto terreiro-casa-quintal, cada quintal com sua horta, seu galinheiro, seu chiqueiro e suas fruteiras. Cada terreiro com suas plantas e árvores. Esse era um espaço predominantemente feminino, cabe à mãe de família e as filhas solteiras o cuidado dos animais, da horta e da casa. A roça, por sua vez, era o espaço particularmente masculino, de

responsabilidade do pai de família. Como os espaços nos sítios eram pequenos, os sitiantes tinham que alugar terra em outros sítios onde podia plantar. Essa forma de organização espacial não é particular ao Sertão paraibano, Ellen Woortmann (1995), faz referência à organização espacial semelhante encontrada no Sertão de Sergipe, a autora mostra que.

Em alguns casos, bairros rurais são constituídos por uma parentela endogâmica composta de descendentes dos “fundadores”, e os sítios que compõem correspondem a famílias extensas patrilocais, isto é, ao conjunto composto pela família nuclear do pai e de cada filho casado. A cada família nuclear corresponde uma *casa* e uma *roça* dentro do sítio, enquanto o *mato* e o *pasto* são explorados em comum, como também em comum é produzida a farinha de mandioca e são realizadas determinadas etapas do processo de trabalho agrícola (Ellen Woortmann, 1995, p. 223).

Foi observado no Sítio Riacho da Boa Vista, antes do projeto de transposição, que o território era ocupado e transmitido entre parentes. Cada filho ou filha ao casar construía a nova casa próxima à casa do pai. Embora fosse uma tendência, após o casamento o marido querer levar a esposa para ir morar no que era seu, ou seja, na propriedade do pai. Isso não correspondia a uma regra na comunidade, quando os filhos casavam, independente de ser filho homem ou mulher podiam construir a nova casa próxima à casa da família que tivesse mais afinidade ou dispusesse de espaço para a construção da nova casa.

FIGURA 8 ORGANIZAÇÃO DE CASAS COMPOSTAS POR FAMÍLIAS NUCLEARES NO SÍTIO RIACHO DA BOA VISTA



FONTE: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas

O que determinava o local de moradia do novo casal, após o casamento, era ter o espaço para construção da nova casa, “fundamental para construção de uma nova casa é ter chão de casa, isto é, dispor de um terreno onde ela possa ser construída” (Garcia Jr. 1983, p. 159). Quando se tinha espaço do chão de casa suficiente, ele também podia ser oferecido por consideração a um amigo ou qualquer outro parente que não os filhos. Depois que o chão de casa era dado, o doador não podia interferir ali naquele território, pois ele não lhe pertencia mais. Foi o caso de Zefa e Francisco.

Giovana: Me fala um pouco como foi que a senhora ganhou o chão de casa?  
Dona Zefa: Cosme me deu o chão de casa, aquele chão era meu. Ele me deu o chão de casa por consideração, ele disse: ‘você quer vir morar aqui? Eu lhe dou um chão de casa, é dado, ninguém lhe tira, é seu o chão de casa. Eu só quero uma coisa de você, Zefa. Quero que quando eu ficar velho você cuide de mim como se eu fosse seu pai, que faça um chá pra mim’. E assim foi. Eu cuidei dele até o fim, sem reclamar. Até o dia que ele morreu.  
(Entrevista realizada em 2016)

O termo “dar por consideração”, é muito utilizado entre os sitiantes para se referir ao sistema de reciprocidade existente entre parentes e vizinhos, dar, receber e retribuir. Trata-se,

na verdade, de um sistema de troca realizado entre parentes e vizinhos do Sítio Riacho da Boa Vista. Receber o chão de casa implica na obrigatoriedade de retribuir a consideração recebida.

### **I. 5.1 - O Chão de casa**

O chão de casa era o espaço do sítio oferecido a cada nova família nuclear que se formava desde que fosse parente ou um vizinho próximo. No sítio Riacho da Boa Vista, o chão de casa tinha significado diferente de chão de morada. O chão de morada implicava numa relação de subordinação e dependência da família moradora ao proprietário da fazenda. O chão de morada era um espaço com uma casa pertencente ao fazendeiro, às famílias só residiam nesse espaço enquanto trabalhassem para o patrão. Já no chão de casa, correspondia a um espaço físico da terra ofertado ao novo casal para reprodução da nova família. A construção da casa e organização desse espaço era de responsabilidade do novo casal. Diferente do chão de morada, o chão de casa não representava uma condição de submissão, ao contrário, ter o chão de casa representava para a nova família certa autonomia e liberdade, pois essa não era uma relação pautada na dominação, mas sim uma relação familiar pautada por lógicas tradicionais camponesas.

É importante ressaltar que embora cada família possuísse seu chão de casa, eles não eram separados por nenhum tipo de arame cercando os espaços, o que evidenciava a relação de proximidade, afinidade, reciprocidade e confiança entre as famílias. No entanto, esse era um espaço particular, e que poderia ser repassado para as novas gerações.

O chão de casa aqui descrito corresponde ao de dona Zefa e seu Francisco, no entanto essa forma de organização espacial do território foi observado também em todos os outros chãos de casa que compunham o Sítio Riacho da Boa Vista.

Comecemos, então, pela casa. As casas eram em alvenaria. Algumas possuíam reboco, outras os tijolos ficavam à mostra. O telhado era em troncos de madeira colhidos na mata, à madeira servia de apoio às telhas de barro que cobria a casa. A parede da frente da casa tinha duas janelas em madeira rústica e pregos aparentes. Uma ficava do lado direito e outra do lado esquerdo. Entre as duas janelas ficava a porta, também em madeira rústica e pregos aparentes. A porta era repartida em duas partes, uma na parte de baixo e outra na parte de cima. Quando tinha gente em casa, tanto as janelas como a parte de cima da porta ficavam abertas.

FIGURA 9 CASA NO SÍTIO RIACHO DA BOA VISTA (2017)



FONTE: Acervo próprio.

A parte interna da casa era composta por uma sala de estar ou principal, uma sala de jantar, três quartos, uma cozinha e um banheiro. A parte externa compreendia um terreiro na frente das casas e um quintal na parte de trás.

Antes da porta de entrada da casa tinha uma calçada alta que servia como varanda, nessa calçada ficava cadeiras de balanço e um banco em madeira, onde o homem da casa sentava à tarde para descansar o almoço. Depois da calçada, ficava a sala principal ou sala de visitas, nessa sala tinha um rack ou estante em madeira, na estante em madeira tinha uma tv, aparelho de som e porta-retratos. Tinha um sofá, uma ou duas cadeiras de balanço em ferro e coberta com fio espaguete de plástico, dois ou três banquinhos e cadeiras em madeira forrada com couro de bode, cabra ou gado. Nas paredes da sala encontravam-se quadros com imagens de santos e algumas fotos da família. Quando a casa era pequena, a sala servia também como espaço para armazenar os produtos da colheita.

FIGURA 10 CASA NO SÍTIO RIACHO DA BOA VISTA



FONTE: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas

Na sala de visitas à noite, após o jantar e cumprimento das atividades da casa, a família se reunia para assistir tv, que geralmente só era ligada algumas vezes depois do jantar. Depois do jantar as famílias também recebiam os vizinhos que iam “jogar conversa fora”, antes da hora de dormir. Era na sala que também aconteciam os encontros religiosos, como novenas e rezas, Dona Zefa conta como se realizavam esses encontros.

Giovana: Como aconteciam os encontros, seus vizinhos convidavam para vocês irem lá?

Dona Zefa: Convidava, mas não precisava de convite. A gente jantava, não tinha nada pra fazer aí ia conversar. Dizia, ‘eita, vamos lá em compadre João passar o tempo’, e ia.

Giovana: E como era a chegada lá?

Dona Zefa: Batia ou chamava... Compadre! Ele respondia: ‘chegue pra cá’, a gente entrava e ficava na sala só conversando.

Giovana: Conversavam sobre o que?

Dona Zefa: De tudo, contava como era nossa vida, como casou, sobre os filhos... Há, era muita história. Dava conselhos também.

Giovana: Dava conselhos a quem?

Dona Zefa: A quem quisesse ouvir! Os mais moços né.

Giovana: Esses encontros aconteciam toda noite?

Dona Zefa: Não..., era um dia e outro não, um dia era aqui, outro em outra casa e assim ia, mas num era nada combinado não.

(Entrevista realizada em 2016)

A sala de visitas era o espaço de estar em descanso com a família e vizinhos, ali se transmitiam os conhecimentos e se reforçaram os laços de interação social do grupo com a comunidade. Além de ser um espaço onde se recebiam as visitas, a sala também era o demarcador de limite dos de fora, estes raramente ultrapassavam o espaço da sala.

Após a sala principal ficava a sala de jantar, por ela se chegava à cozinha e aos quartos da casa. Na sala de jantar tinha uma mesa de madeira com uma passadeira bordada e por cima uma toalha de plástico transparente “para não sujar a passadeira”. Acompanhavam a mesa cadeiras e banquinhos forrados com couro de animais. Tinha uma geladeira e, em alguns casos, ao lado da geladeira tinha um pote de barro pequeno onde armazenavam água para beber. Em algumas salas de jantar também tinha um móvel de madeira ou móvel em aço onde ficavam potes de plásticos ou alumínio com mantimentos, ali também era guardada a feira da família e algumas louças. Nesse espaço só eram realizadas as refeições especiais, como almoço em comemoração a uma data especial ou quando recebiam visitas que eram convidadas para o almoço ou jantar.

Ao lado da sala de jantar ficavam os quartos. O quarto da frente, geralmente maior, era reservado ao casal. Nos demais quartos dormiam os filhos. Caso a casa não houvesse quartos suficiente para acomodar os filhos estes dormiam em redes na sala de visitas ou de jantar e, caso a família não tivesse filhos, no quarto poderiam ser guardados os produtos da colheita, bem como algumas ferramentas de trabalho.

Logo após a sala de jantar e dos quartos ficava a cozinha, esse era o espaço maior da casa. De um lado ficava o fogão a lenha, uma pia com cortina para esconder as panelas que eram guardadas na parte de baixo da pia. Na parede acima da pia, ficava um paineleiro, no canto ficava um pote grande de barro próximo a pia para armazenar a água de cozinhar, bem como um fogão a gás. Em todos os momentos em que estive nos sítios vi a comida ser preparada no fogão a lenha, o fogão a gás era mais utilizado para fazer café. Do outro lado da cozinha, ficava uma mesa de madeira encostada à parede e com alguns banquinhos em madeira abaixo. Em alguns casos tinha um armário de madeira, onde eram guardados as louças e os alimentos. Nessa parte da cozinha também ficava um pote médio de barro onde era armazenada a água de beber.

Percebe-se que na cozinha havia um lado onde ficavam concentrados utensílios que eram usados para elaboração dos alimentos, esse espaço e utensílios eram usados principalmente pela esposa e as filhas. No outro lado da cozinha, ficavam os objetos de uso

comum, como a mesa, onde se reunia toda a família para efetivar o consumo dos produtos produzidos pelo pai na roça e transformados pelas mulheres na cozinha.

As tarefas próprias da casa como, arrumação, preparação do alimento e o cuidado com os filhos eram de responsabilidade das mulheres, além das obrigações com a casa também cabia à mulher o cuidado e organização do quintal. O quintal ficava por traz da casa unido a cozinha, era dividido por uma cerca de varas<sup>8</sup> de pau, colhidas no próprio sítio, servia para separar as fruteiras da miunça. Em alguns casos, no quintal também ficava uma latada<sup>9</sup>. Esse espaço era organizado da seguinte forma: na parte mais próxima a cozinha ficavam vários tipos de frutíferas, como mangueira, goiabeira, bananeira, limoeiro e seriguela. Tinha pés de quiabo, urucum, abóbora e gergelim, planta muito utilizada para fazer doce. Nessa parte do quintal ainda tinha uma horta com coentro, alface, couve e cebolinha. Do outro lado da cerca, um pouco mais distante da cozinha, ficavam os chiqueiros para os porcos, cabras, bodes e os galinheiros.

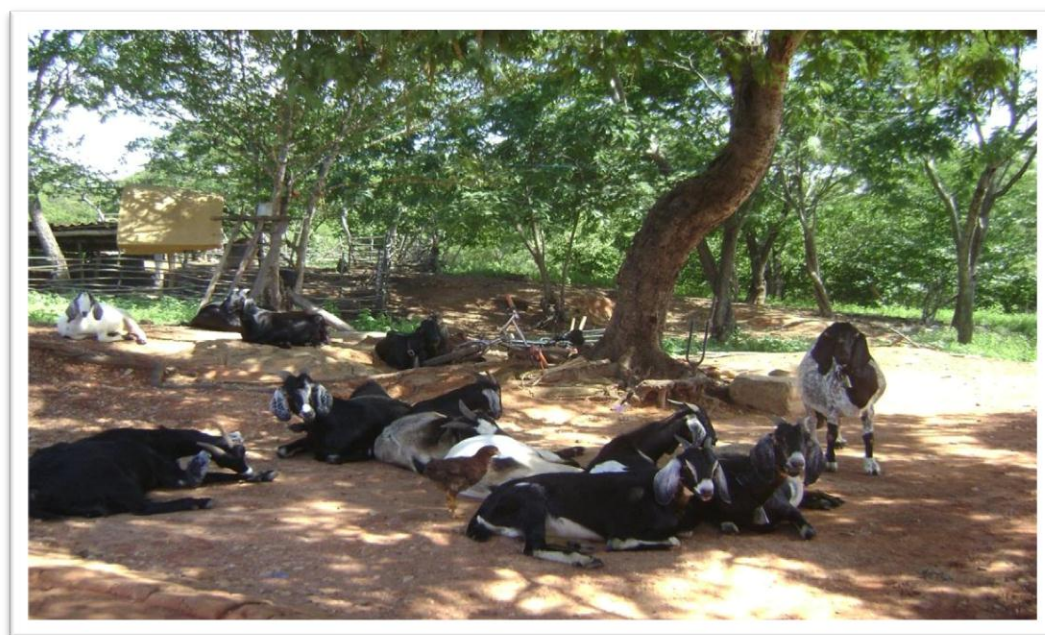
Embora o cuidado com o quintal fosse responsabilidade principalmente da mulher, ele também era o espaço de transmissão de conhecimentos para os mais novos. No quintal, os filhos pequenos aprendiam a alimentar os animais, cultivar as plantas, hortas e fazer a limpa do quintal, arte que se aprende com o convívio.

---

<sup>8</sup> O principal objetivo da cerca de varas é para que os animais não se alimentem das ervas, hortaliças e fruteiras.

<sup>9</sup> Latada é um espaço onde se realizam algumas atividades da casa, como produção de queijo, abate de animais e outras.

FIGURA 11 CHIQUEIRO NO QUINTAL DO SÍTIO NO RIACHO DA BOA VISTA (2012)



FONTE: Acervo próprio.

A parte da frente da casa era chamada de terreiro, nesse espaço tinham duas ou três árvores geralmente pés de Juá para dar sombra. O terreiro era o espaço do chão de casa onde as crianças brincavam. Era embaixo das árvores do quintal que as pessoas se reuniam quando havia festas durante o dia, também era um lugar onde os jovens se reuniam no final de semana para fazer churrasco e conversar. Era do terreiro que se observava o movimento de pessoas passando, pois a maioria das casas ficava de frente para o caminho que ligava uma casa à outra. Assim, o terreiro além de ser um local de lazer, de interação com a vizinhança, também era o local da “fofoca”, ali as pessoas comentavam e ficavam sabendo o que se passava com quem passava pela estrada, como nos conta Seu Francisco.

Giovana: Vocês ficavam fazendo o que embaixo das árvores da frente?

Seu Francisco: Quando estava calor, a gente ficava ali embaixo na cadeira, quando tinha festa também todo mundo ficava ali, bebia, fazia churrasco. Os meninos também gostavam de ficar por ali conversando, vendo quem ia, quem vinha.

Giovana: Vocês conversavam sobre o que, ali, embaixo da árvore?

Seu Francisco: Sobre tudo, até de quem passava.

Giovana: Como assim, de quem passava?

Seu Francisco: Às vezes tava conversando sobre outras coisas, aí passava um vizinho de moto, aí um olhava e via que a moto era nova e comentava com outro. Às vezes outro ia passando e... e via a gente ali, parava e falava, tá sabendo? Não, o que foi? Fulano vai pra São Paulo.

(Entrevista realizada em 2016)

A fofoca desempenhava papel importante para as relações de reciprocidade da rede local, pois era por meio da fofoca que se obtinha informação sobre casos de doença, necessidades e a partir daí podia ser oferecido ajuda.

### **I. 5.2 - Local do roçado**

Como a maioria dos sitiantes residentes do Sítio Riacho da Boa Vista possuíam apenas o chão de casa (terreiro-casa-quintal), como já apresentado anteriormente, o roçado era colocado em outros sítios colocados em outros espaços fora do sítio em que residiam. E, embora fosse um espaço primordialmente masculino, no entanto, em períodos chuvosos quando a demanda do trabalho agrícola aumentava as mulheres e crianças também ajudavam a “por roça” e, quando necessário, às famílias ainda contava com a ajuda dos vizinhos e parentes do mesmo Sítio.

Nesse caso particular em que era preciso a ajuda da família para “por roça”, cada membro exercia uma função. Os homens e as mulheres faziam à limpa e o preparo do terreno, enquanto que as crianças plantavam as sementes. Seu Francisco relata esses momentos.

Giovana: O senhor sozinho bota a roça toda?

Seu Francisco: Não menina, ninguém é robô aqui não!

Giovana: E como faz então?

Seu Francisco: Quando a terra tá boa e a gente não consegue botar roça só, aí a mulher e até os meninos tudo vai ajudar.

Cada um faz uma coisa, né. Eu, que tenho mais resistência e mais a mulher, nós deixamos tudo limpo, aí depois vamos fazendo os leirões, os montes de terra para os meninos que são mais raquíticos plantar a semente.

Giovana: E os vizinhos ajudam?

Seu Francisco: Aqui não tem terra pra botar muita roça assim não, mas quando a gente vê que tem um precisando... Nem precisa chamar, pega a enxada e começa. Uma vez aqui, eu inventei de alugar terra que não dava conta, me acabando, pensando que besteira eu fiz, aí... Estava lá, quando chega compadre Benedito, eu vim te ajudar pra ver se tu termina isso. Metemos a enxada pra cima e terminamos, graças a Deus. (Entrevista realizada em 2018)

A maioria das famílias do Sítio Riacho da Boa Vista associavam as atividades da roça (o cultivo do feijão, arroz e milho reservado ao consumo da casa) com a criação (galinhas, caprinos e suínos) que servia tanto para o consumo da casa, como para serem vendidos nas feiras da cidade para suprir outras necessidades da família; poucos eram as famílias sitiantes que possuíam cabeças de gado. Esses animais eram criados presos em

chiqueiro ou curral para que não destruíssem as hortas dos vizinhos e parentes, pois os espaços do sítio não eram separados por cercas.

Como a terra não era suficiente para botar roça grande e a miunça era pequena, à renda familiar era complementada com auxílios de programas governamentais, aposentadorias, e em outras atividades, como: serviços públicos e o deslocamento para o corte de cana em usinas do Estado de São Paulo (Menezes, 2007).

Esse deslocamento era realizado pelos homens, que saíam do município no mês de março e retornavam no mês de dezembro para o descanso. Em pesquisa realizada em 2013<sup>10</sup>, verificamos que o dinheiro ganho com o trabalho fora era utilizado tanto para suprir algumas necessidades familiares, para a compra de eletrodomésticos, motos, roupas como também se destinava a manutenção do sítio no período de seca.

### **I. 5.3 - A seca e a relação com a água no Riacho da Boa Vista**

O Riacho da Boa Vista estava localizado numa região de clima semiárido com irregularidades de chuvas, e estiagem prolongada o que resulta em anos de seca. Entretanto, o território era cortado pelo Rio Tamanduá e pequenos riachos que no período de chuvas abasteciam os pequenos barreiros. A água utilizada pela comunidade se resumia a de uma nascente localizada em uma propriedade particular próxima à comunidade, era utilizada para beber e cozinhar. E a água dos barreiros e rios, usada para lavar roupa, tomar banho, lavar louça, e dar de beber aos animais.

---

<sup>10</sup> Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) sobre o deslocamento de homens para trabalhar no corte de cana no Estado de São Paulo.

FIGURA 12 LAVAGEM DE ROUPAS EM RIO NO SÍTIO RIACHO DA BOA VISTA



**FONTE:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas

A água era transportada até as casas em latões e baldes de plásticos, atividade desempenhada por toda família, os homens utilizavam carroças de mão para efetuar a tarefa, as mulheres carregavam os latões sobre a cabeça e as crianças faziam o transporte da água em garrafas pet.

No Sítio Riacho da Boa Vista, tanto a nascente da fonte como os barreiros eram utilizados em comum por todos da comunidade. As mulheres da vizinhança se reuniam nos barreiros para lavar roupas, lavar louça e tomar banho. Alzira me contou como aconteciam esses encontros.

Giovana: Como eram os encontros no rio?

Alzira: Não era no rio mulher, era no barreiro lá a culá!

Giovana: E como aconteciam, vocês combinavam?

Alzira: Era assim, ninguém combinava nada! Uma passava com a trouxa de roupa na cabeça indo pro barreirinho a outra via e juntava a sua trouxa e descia também. Quando uma ia e chegava lá (barreiro) e não via ninguém, mandavam as crianças chamar, aí as outras iam também.

Giovana: Ficavam em quantas?

Alzira: Juntava umas três pra quatro. Era muito bom, era bom demais, nós cantávamos, nós dava banho nos meninos, tomava banho, lavava louça.

Nesses encontros as mulheres da vizinhança também aproveitavam para desabafar, organizar festas, trocar saberes e fofocar. Alzira me contou como aconteciam esses encontros.

Giovana: Como eram esses encontros no rio?

Alzira: Não era no rio mulher, era no barreiro lá a culá!

Giovana: E como aconteciam, vocês combinavam?

Alzira: Era assim, ninguém combinava nada! Uma passava com a trouxa de roupa na cabeça indo pro barreirinho a outra via e juntava a sua trouxa e descia também. Quando uma ia e chegava lá (barreiro) e não via ninguém, mandavam as crianças chamar, aí as outras iam também.

Giovana: Ficavam em quantas?

Alzira: nós ficávamos umas seis, sete, mas às vezes era só duas ou três.

(Entrevista realizada em 2018)

Os encontros no barreiro se revelaram também como encontro para efetivação de práticas de solidariedade e ajuda mútua. Dona Zefa me contou que, muitas vezes, não tinha roupa suja para lavar, então juntava as roupas limpas apenas para ir ao barreiro ajudar na lavagem de roupas dos vizinhos e parentes, ou mesmo, às vezes, faziam rodízios lavando roupas de alguma vizinha que não podia se dirigir ao barreiro para realizar essa atividade. Assim, no Sítio Riacho da Boa Vista as famílias estavam sempre juntas na ajuda mútua.

As descrições trazidas aqui sobre do cotidiano no Sítio Riacho da Boa Vista, as narrativas contempladas das famílias sitiantes sobre suas relações com a natureza, às relações de parentesco e vizinhança e as relações de reciprocidade, nos mostram um pouco sobre o modo de vida das famílias sitiantes. O receio de não poder mais reproduzir os modos de vida revelam a dificuldade das famílias sitiantes em deixar os seus espaços de vida. Nesse sentido, no próximo capítulo trará reflexões sobre o deslocamento compulsório das famílias sitiantes do Sítio Riacho da Boa Vista.

## **CAPÍTULO II**

### **O Projeto de Transposição, o Deslocamento Compulsório e o Destino dos Sitiantes**

Neste capítulo, o nosso olhar recai sobre o deslocamento compulsório dos sitiantes de suas bases de vida provocados pela implantação do Projeto Transposição do Rio São Francisco. Descreveremos, aqui, o percurso dos acontecimentos, acompanhando a trajetória das famílias sitiantes envolvidas nesse processo desde a chegada dos técnicos da Geosolo<sup>11</sup> aos sítios no Riacho da Boa Vista para fazer o levantamento da área a ser desapropriada para a construção do PTSF, até a realocação dos sitiantes em Boa Vista, bem como, dos sitiantes que se realocaram na cidade onde ficaram na espera indesejada pelo reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais. Dessa forma, antes de adentrar na descrição desse processo é primordial apresentar aqui o que entendemos por deslocamento compulsório.

Compreendemos o deslocamento compulsório enquanto um processo social que envolve determinados grupos sociais que são forçados a deixar suas bases de vida, ou seja, os seus espaços físicos onde se constitui a casa, os meios de subsistência e consequentemente as relações sociais, econômicas e culturais em detrimento de projetos desenvolvimentistas mediante uma série de constrangimentos em circunstâncias sobre as quais os grupos sociais não dispõem de poder de decisão ou contraposição a tais acontecimentos impostos pelo Estado.

A crescente intervenção do Estado Brasileiro com a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas em nome de um “bem comum”, tem resultado ao longo da história no deslocamento de populações tradicionais de suas bases de vida. Os estudos antropológicos sobre as populações deslocadas devido à implantação desses grandes projetos são fundamentais por trazer à luz debates que nos ajudam numa melhor compreensão de processos dessa natureza.

Sigaud (1988, p. 104) assinala que a instalação de grandes projetos “tem sido responsável pelo deslocamento compulsório e atabalhoador de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida”. Assim, o deslocamento provocado pelos grandes projetos destitui a população de seu meio de produção e os desloca de sua forma sociocultural de existência.

---

<sup>11</sup> Empresa contratada pelo Ministério da Integração Nacional para fazer o levantamento da área a ser desapropriada para construção do projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Parry Scott (2009) afirma que a instalação dos megaprojetos de desenvolvimento tem provocado a migração forçada de diversos grupos e as consequências trazidas por esses projetos trazem impactos e transformações profundas na organização dos domínios de poder e adaptações ecológicas das populações deslocadas e reassentadas.

Veiner (1992) pontua que os grandes projetos enquanto representantes do progresso é fonte de legitimidade que destrói qualquer argumento, entretanto, ele provoca consequências na nova reordenação territorial, e consequentemente causa a remoção compulsória de populações tradicionais que historicamente ocupavam os espaços onde se decide concretizar o projeto.

No caso do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, a legitimidade para execução de tal empreendimento perpassa o discurso do progresso, pois o principal argumento legitimador além de abarcar o discurso do progresso para a região, ele tem uma função maior que é a de garantir vidas, que sem água não é capaz de existir. Dessa forma, o PTSF é apresentado como única solução capaz de “corrigir as falhas da natureza” e levar água ao Sertão.

Sabemos que esses processos de deslocamentos e reassentamentos compulsórios de populações não é algo novo, esses processos ocorreram e ocorrem em várias partes do mundo em condições variadas e implicam em vários problemas, transformações e resistência, como veremos a seguir.

## **II. 1 - O Projeto de Transposição do Rio São Francisco: a maior obra hídrica do país**

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, mais conhecido como Projeto de Transposição do Rio São Francisco, é uma obra do governo federal de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MIN).

Maior obra hídrica já construída pelo Estado Brasileiro, o projeto de Transposição do Rio São Francisco possui 477 quilômetros de extensão distribuídos em dois eixos, Leste e Norte. No eixo Leste, o canal da transposição passa pelos municípios de Custódia, Sertânia, Betânia e Floresta no Estado de Pernambuco, e pelo município de Monteiro no Estado da Paraíba. No eixo Norte, o canal passa pelos municípios: Verdejante, Cabrobó, Salgueiro e Terra Nova no Estado de Pernambuco; Brejo Santo, Mauriti, Barro e Penaforte no Ceará, e

pelos municípios de Cajazeiras, Monte Horebe e São José de Piranhas no Estado da Paraíba. A figura a seguir mostra os canais da transposição e os municípios atingidos pelo projeto.

FIGURA 13 CANAIS DA INTEGRAÇÃO DO PTSF



FONTE: RIMA, 2004

O objetivo do projeto de transposição é transportar água do Rio São Francisco e levar a 390 municípios do nordeste brasileiro atingidos pela seca. A prioridade do projeto é o abastecimento humano e suprimento das necessidades de água para os animais. Outras prioridades consistem em promover o desenvolvimento econômico e regional do interior das zonas metropolitanas dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba (Ministério da Integração Nacional, 2004).

## II. 2 - O Projeto de Transposição do Rio São Francisco no Município de São José de Piranhas na Paraíba

Entre os municípios paraibanos atingidos pelo Projeto de Transposição do Rio São Francisco, São José de Piranhas é o município que teve a maior área desapropriada pelas obras, uma extensão de 5.255 hectares de terra. Por ser receptor das águas do Rio São Francisco, foi construído no município paraibano o maior corredor de transporte de água da América Latina, o Túnel Cuncas I, com 17 km de comprimento o túnel transportará água da

cidade de Mauriti até a serra do Gonçalo no município paraibano. É também no município de São José de Piranhas que se encontra o maior reservatório construído pelo PISF, denominado Barragem Boa Vista, o reservatório tem capacidade para 230.00 metros cúbicos de água e um perímetro de 11,76 km<sup>2</sup> (RIMA 2004). As figuras abaixo mostram a barragem Boa Vista (esquerda) e o Túnel Cuncas I (direita) em São José de Piranhas.

FIGURA14 BARRAGEM BOA VISTA (ESQUERDA) E TÚNEL CUNCAS EM CONSTRUÇÃO I (DIREITA)



FONTE: Imagens da internet, 2018.

O PTSF começou a ser posto em prática no município de São José de Piranhas no ano de 2007 e está ainda em fase de conclusão. Para dar início às obras do PTSF, aproximadamente 466 famílias rurais de São José de Piranhas foram deslocadas de seus territórios pelo MIN para dar passagem ao canal da transposição. As principais comunidades deslocadas foram: o Riacho da Boa Vista, Cuncas, Cacaré e Quixeramobim, outras comunidades que também compunham esse território foram atingidas, mas em menor proporção. O território atingido era composto por pequenos sítios onde viviam famílias que dividiam os seus espaços com outras gerações.

### **II. 3 - A Chegada do Projeto de Transposição ao Sítio Riacho da Boa Vista**

As obras do PTSF foram iniciadas em 2007, mas foi em 2004 que os técnicos da Geosolo, empresa contratada pelo MIN para fazer o levantamento das áreas do município a serem desapropriadas para a execução das obras do PTSF, chegaram às comunidades para realizar tal levantamento.

A primeira comunidade a receber a “visita indesejada” dos técnicos da Geosolo, foi o sítio Riacho da Boa Vista. A chegada dos técnicos a comunidade provocou alvoroço e medo à população local que foi surpreendida por estranhos que “invadiram” os seus sítios, e sem permissão, fotografaram e fizeram medidas do local. Muitos são os relatos da população sobre a presença desses “estranhos” em suas terras “para fazer sei lá o que!”. Seu Francisco, morador local relata como aconteceu.

Olhe Giovana, eu tinha ido pra roça de manhã cedo, quando foi umas nove horas que eu voltava pra merenda<sup>12</sup>, vi um carro grande preto parado perto do sítio e uns homens que tinham invadido a nossa área. Pensei: quem será nesse carro? Aqui ninguém tem carro desse! Aí foi quando eu vi uns cabras estranhos, com um negócio preto no chão, apontando pra tudo quanto é lado, que parecia uma metralhadora de filme, daquelas que fica no chão sabe? (...) Fiquei olhando, fui com o compadre Cipriano até perto e ficamos olhando. Depois eles recolheram tudo, botaram no carro e saíram levantando poeira. No outro dia, a mesma coisa, compadre Cipriano e compadre Joaquim vieram aqui e disseram: ‘os homens invadiram lá embaixo também’ (Morador local, 2015).

Ao se referirem a chegada dos técnicos da Geosolo aos seus espaços de vida como invasores, os sitiantes pareciam estar se referindo a uma praga poderosa que surgiu e foi se espalhando pelo povoado, ameaçando destruir com tudo que foi construído pelos sitiantes durante décadas, uma praga que os sitiantes desconhecem e não sabem como tratar.

Os técnicos da Geosolo passaram alguns dias sondando os sítios e fazendo levantamentos do local, mas sem dar nenhuma informação à população sobre o que faziam ou o que pretendiam na comunidade. Inúmeras ideias se passavam pela cabeça da população, alguns acreditavam que naquelas terras teria tesouro ou petróleo, outras, acreditavam que ali teria uma grande explosão. Quando questionados por alguns membros da comunidade sobre o que buscavam em suas terras, os técnicos da Geosolo se limitaram em dizer ‘que era uma coisa boa para a população, pra gente parar de sofrer’.

Preocupados e sem respostas dos técnicos da Geosolo aos seus questionamentos, alguns membros da comunidade Riacho da Boa Vista foram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas (STRSJP) para comunicar a presença de “estranhos invadindo” suas terras e pedir ajuda. No mesmo dia, à noite, a representante do STRSJP,

---

<sup>12</sup> Merenda se refere ao lanche realizado no intervalo das principais refeições. Termo comum ao sertão paraibano.

acompanhada de um professor local, foi ao hotel da cidade onde estavam hospedados os técnicos da Geosolo para pedir explicações.

Eles (os sitiantes) chegaram aqui todos desesperados, não sabiam o que estava acontecendo, só diziam que tinha uns homens estranhos rondando os sítios. Então, fomos ao hotel e ficamos sabendo que se tratava da Transposição. Ai, eu pedi que eles explicassem tudo aos agricultores, eles me passaram o contato da representante do ministério. Eu liguei pra ela (a representante do MIN) em Brasília e solicitei que enviasse um representante do MIN para falar com os agricultores. Foi aí que combinamos um encontro para apresentação do projeto aos agricultores. (líder sindical, 2010)

Os relatos revelam que as ações do Estado se iniciaram na região sem sequer dar qualquer informação à população sobre a construção do PTSF. Quando indagados sobre o momento e como tomaram conhecimento sobre a implantação do PTSF na região, os relatos não apontam nenhuma fonte de comunicação secundária como, jornais ou rádios informando sobre a chegada do PTSF, ou mesmo uma comunicação formal por parte do MIN aos prováveis deslocados. De acordo com os relatos, a maioria da população tomou conhecimento sobre a chegada do PTSF através de boatos de vizinhos e conhecidos. Embora algumas pessoas, principalmente as mais antigas, tenham expressado que já tinham ouvido falar da história há muitos anos, “que iam trazer o São Francisco”, elas só ficaram sabendo da chegada do PTSF na região, também por meio de boatos. Dessa forma, quando aconteceu a primeira reunião para a comunicação formal sobre o PTSF, os rumores de que “iam trazer o São Francisco” já haviam se espalhado de forma vaga por meio de boatos entre as pessoas.

A primeira reunião entre MIN e sitiantes foi intermediada pelo STRSJP. Ela aconteceu no dia 12 de outubro de 2004, na escola localizada na comunidade do Cacaré e reuniu a população das outras comunidades do município que seriam atingidas pela construção das obras PTSF. As figuras a seguir apresentam momentos da reunião para apresentação do PTSF.

FIGURA 15 PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NA ESCOLA DO CACARÉ PARA APRESENTAÇÃO DO PTSF AS COMUNIDADES ATINGIDAS.



FONTE: Plano de reassentamento do MIN.

O anúncio da chegada do PTSF traz consigo as justificativas para legitimar a execução das obras na região. Vejamos o relato do sitiante sobre o que foi dito pelos implementadores do projeto no momento da reunião para apresentação do PTSF a população.

Eles (a representante do MIN) falaram primeiro o que era o projeto, depois vieram dizer que o PTSF é importante porque vem para melhorar a vida não só da gente, mas de muitas pessoas que nem nós e que vivem em condições piores que a nossa por causa da falta de água. Ela disse, a mulher lá que falou, disse, ‘a seca castiga vocês, mas o projeto do São Francisco traz a solução’. Disse, ‘vocês não vão precisar ver seus filhos indo embora, agora vai ter água pra matar a sede de vocês’. Eles (os agentes do MIN) muito arrumados lá na frente, tudo em pé olhando pra gente, com aquelas coisas lá, dizendo vai ser isso e vai ser aquilo, só faltou dizer que podiam fazer chover (risos), mas ninguém entendia era nada (ex - morador do Riacho da Boa Vista, 2016).

O relato de apresentação do PTSF pelo MIN aos sitiantes ressalta a “importância” da obra para a região. O caráter simbólico expressado no discurso dos agentes do MIN é utilizado para legitimar a implantação do PTSF e coagir a população a uma não reação às imposições do Estado para efetivação das obras.

Outro aspecto importante que os sitiantes ressaltam sobre a reunião, está relacionado à forma como os agentes se comportaram ao apresentarem o PTSF aos sitiantes, reunião que

ao invés de ajudar a esclarecer os boatos que rolavam na região sobre PTSF, serviu para confundir e aumentar ainda mais o medo e o estresse dos sitiantes. De acordo com a representante do STRSJP, o momento da reunião provocou desespero e tumultos entre os sitiantes.

Menina, tu precisava ver, Giovana. Foi uma coisa! Aquela mulher chegou com um Datashow, e jogou a imagem do projeto na parede, todo mundo se apavorou. E quando ela começou a falar, aí foi que o desespero tomou conta, todo mundo pensava que teria que sair de suas casas naquele dia, que as máquinas já estavam prontas para destruir tudo. Foi um barulho, um alvoroço, ninguém entendia nada, pensavam que iriam perder tudo naquele momento (Líder sindical, 2012).

Os relatos são reveladores quando traz à tona a forma abrupta e ameaçadora com que o PTSF foi “apresentado” aos sitiantes, bem como, expõe a forma excludente com que os idealizadores das obras tratam a população a ser atingido, fato que contradiz o que está incluso no Plano de Metas do PTSF (2004), que inclui a participação da população no desenvolvimento do projeto, no entanto, o que se percebe é o descaso, tanto pelos idealizadores quanto pelos implementadores do PTSF para com os sitiantes, pois, como se vê, não foi realizado nenhum tipo de consulta ou sequer aviso prévio sobre o PTSF por parte do MIN, ao contrário, a primeira reunião para comunicação e apresentação do PTSF a população só ocorreu por meio de solicitação do STRSJP ao MIN.

No estudo realizado por Sigaud (1986) com os deslocados pelas construções das Barragens de Sobradinho e Machadinho, a autora aponta que o descaso com a população a ser atingida, ocorre porque na hora de se estabelecer prioridades na elaboração dos grandes projetos, a população ocupa uma posição secundária em relação ao projeto, e os seus interesses dos grupos atingidos são deixados de lado em nome de um suposto interesse do país. Assim, não há uma preocupação com a população a ser atingida, mas sim, com o empreendimento em si, “nestas condições, a população local não poderia deixar de constituir senão em entrave, em obstáculo a ser removido” (Sigaud, 1986, p. 20) para a construção do PTSF.

Isso se torna grave, pois coloca a população local em situação insignificante e de subordinação diante do projeto, como foi evidenciado desde o começo, antes mesmo do início das obras. Os técnicos se apresentaram à comunidade como sujeitos superiores, representantes do progresso, ditando o que é, ou não é bom para a população local, colocando as

particularidades do outro em condição de inferioridade. Esse tipo de relação parece ser de praxe quando se está em jogo projetos desenvolvimentistas.

Sigaud (1986) nos mostra, na época de construção das barragens de Sobradinho e Machadinho, a visão ideológica, desenraizada da vida real construída pelos técnicos do Estado em relação à população que estava sendo atingida pelas barragens, “construção está, montada a partir de sinais negativos escolhidos por oposição a um suposto cidadão de primeira categoria” (Sigaud, 1986, p 25). Essa parece ser uma impressão criada também pelos técnicos da Geosolo e do MIN quando desconsideraram as particularidades dos sitiantes e as colocam como inferiores diante das suas.

Outro aspecto importante a ser observado nas narrativas, é a visão da população em relação ao PTSF. Se por um lado os elaboradores do PTSF percebiam a população como necessitada do progresso, a visão da população naquele momento em relação ao PTSF era de algo desnecessário, desenfreado, pronto para passar por cima de tudo como um trator.

Como você diz que uma coisa vai ser boa para você e sua família se você não sabe. Vai melhorar as coisas para gente, como? Eles vão fazer chover? Nem São José consegue às vezes, dirá eles. É como você dizer ao doente, bebe esse veneno aqui que você vai ficar bom (Seu Valdemar, 2012).

Embora os idealizados e os técnicos do PTSF enxerguem a obra como a tábua de salvação, o empreendimento que levará empregos e “progresso” para as populações locais, é na realidade para aquela população a ser atingida uma abstração (Sigaud, 2002), ou seja, algo fora de sua realidade, pois o significado de progresso para aqueles sitiantes é outro.

O progresso para os sitiantes está centrado na base física de reprodução social do grupo, é o local onde possam construir a casa para abrigar a família, a terra boa para plantar, a chuva para garantia de boa colheita, o excedente para vender nas feiras, a aquisição da criação (gado, cabra, porco e galinhas)<sup>13</sup>, e não uma coisa abstrata, como se apresentava aos sitiantes o PTSF. Assim, a chegada da PTSF às comunidades a serem atingidas, não significou progresso para os sitiantes, pois ele representava o fim da base física de vida e de trabalho e consequentemente o fim do seu progresso enquanto camponês.

---

<sup>13</sup> A literatura sobre os estudos camponeses têm mostrado que a criação (caprino, bovino e suíno) têm um papel importante na economia camponesa, pois funciona como uma fonte de poupança e reserva. Sobre a função da criação como fundo de reserva para a família camponesa ver Garcia Jr e Heredia (1971).

## II. 4 - Os Dias no Sítio Riacho da Boa Vista Antes do Deslocamento

O que se percebe é que os sitiantes começaram a sofrer com a chegada do PTSF antes mesmo das obras se iniciarem na região, com a “invasão” de estranhos aos sítios para fazer marcações causando insegurança e medo, o próprio anúncio do projeto trouxe outras tensões ainda maiores, pois veio acompanhado de autoritarismo, imposição e coerção.

Depois da primeira reunião ocorrida em 2004 para apresentação do PTSF, outras reuniões foram realizadas pelo MIN com as famílias atingidas a pedido do STRSJP que era procurado com frequência pelos sitiantes que estavam inseguros quanto à proposta do projeto. Em uma dessas reuniões, o MIN colocou para os sitiantes que eles não poderiam mais interagir com a natureza em seus territórios, pois seriam deslocados em meses.

Entretanto, a realidade era outra, a morosidade para execução das obras e o tempo de espera para o deslocamento foi se arrastando, e nesse período as famílias ficaram impossibilitadas de fazer uso da terra, não podiam plantar, nem pegar lenha, ou mesmo, criar animais.

O anúncio da barragem e a perspectiva de deslocamento parecem ter funcionado para inibir os esforços produtivos (Sandroni, 1979) provocando uma queda na produção de pequenos produtores, agravada posteriormente pela força da própria atuação de prepostos da SHESF proibindo a população de cultivar a terra (Congresso Nacional, 1982, *apud* Sigaud, 1986, p.46).

Somando-se a esta intervenção do Estado que proíbe os sitiantes de continuarem reproduzindo seus modos de vida e subsistência, as famílias também não puderam mais participar dos programas governamentais de inclusão aos efeitos da seca, fatos que contribuíram ainda mais para o empobrecimento dos grupos familiares. Essa fase marca o início da descapitalização dos sitiantes, tal como aconteceu em outros casos de deslocamento<sup>14</sup>, pois além de não poderem cultivar a terra, ainda tiveram que vender os animais que possuíam antes da chegada do PTSF. A perda da criação, mais do que qualquer outro bem, é a mais sentida pela população, pois a criação funciona como um fundo de reserva( Sigaud, 1988) para ser usado em momentos difíceis pela família sitiante.

Assim, à medida que os sitiantes esperavam pelo deslocamento, seus recursos financeiros e meios de sobrevivência iam se findando e as famílias tiveram que viver por um

---

<sup>14</sup> Refiro-me aqui ao que aconteceu com os camponeses deslocados pela construção das hidrelétricas de Sobradinho e Machadinho. A esse respeito, ver os trabalhos de Sigaud (1986 e 1995).

bom tempo com a renda apenas das aposentadorias e, ou do trabalho fora de algum membro da família.

Entretanto, essa situação ficava cada vez mais complicada para os sitiantes, pois a chegada do PTSF ao município coincidiu com a diminuição considerada dos deslocamentos realizados todos os anos, durante décadas pelos os homens das famílias para o corte de cana no Estado de São Paulo<sup>15</sup>. O trabalho fora do Estado garantia aos sitiantes a manutenção da vida nos sítios em épocas de secas e dificuldades<sup>16</sup>. Sem possibilidades de trabalhar a terra e com o fim do corte de cana, eram mais pessoas dentro de casa para alimentar o que causava ainda mais tensão aos sitiantes.

Enquanto as famílias passavam por todo esse processo de descapitalização e stress provocados pelo PTSF, o MIN não apresentou nenhuma alternativa de deslocamento, nem mesmo para que a população pudesse suprir as necessidades de sobrevivência. Esses fatos contribuíram para reforçar a desconfiança dos sitiantes em relação às intenções dos idealizadores e técnicos responsáveis pelo PTSF.

É importante ressaltar que embora aguardassem pelo deslocamento, os sitiantes não ficaram submissos às ações do Estado, pelo contrário, o que se viu foi diversas formas de resistência a tais imposições. Puder perceber em trabalho de campo que muitos sitiantes cuidavam das roças as escondidas, levam os animais para pastar fora do sítio durante o dia, saíam com os animais antes dos funcionários da obra iniciar os serviços e voltavam com os animais para os sítios no final da tarde quando os trabalhadores da obra já tinham ido embora. Como foi visto também no relato de Alzira, alguns sitiantes se escondiam para não ter que encontrar os fiscais contratados pelo MIN. No entanto, as atividades de trabalho no sítio se realizavam de forma muito restrita devido às fiscalizações frequentes realizadas pelos técnicos do MIN.

## **II. 5 - O Processo de Desapropriação**

O processo de desapropriação das terras para construção do canal da transposição do São Francisco foi marcado por três momentos significativos para as famílias sitiantes.

---

<sup>15</sup> Foi observado, nesta pesquisa, uma diminuição de 90% dos deslocamentos para o corte de cana em São Paulo. De acordo com os ex- arregimentadores, essa diminuição no deslocamento ocorre por conta da mecanização que vem ocupando os postos de trabalho dos cortadores de cana nos canaviais.

<sup>16</sup> Sobre o deslocamento de pessoas para outros Estados como estratégia de reprodução e manutenção da família camponesa, ver Garcia Jr (1989), Menezes (2009), Klaas Woortmann (1990).

## II. 5.1 - O processo indenizatório

Em 2004, o MIN iniciou o processo de cadastramento fundiário e o levantamento cartorial para fins de identificação e avaliação das terras e benfeitorias<sup>17</sup> que seriam desapropriados para construção do PTSF. Ainda em 2004, foi realizado o levantamento socioeconômico dos sitiantes para a elaboração das diretrizes do programa de reassentamento e pagamento das indenizações. De acordo com o Plano de Reassentamento do PTSF (2004), seriam indenizadas as terras dos proprietários, bem como o pagamento pelas benfeitorias nela encontradas. Seriam indenizados também os sitiantes não proprietários de terra, mas que possuíam benfeitorias na área em que viviam os que não eram proprietários e não possuíam benfeitoria, seriam destinado um lote residencial nas Vilas Produtivas Rurais (VPRs).

Os proprietários que estavam regularizados junto ao cartório receberam o valor das indenizações acordada em reunião entre proprietário e MIN através de transferência bancária<sup>18</sup>, bastavam assinar o contrato de compra e venda da propriedade e benfeitoria e aguardar a transferência do pagamento da indenização. Como relata seu Antônio:

Eu não tive complicação não, como muita gente teve. Decidimos o valor, eu aceitei, assinei os documentos que me pediram, entreguei os documentos do cartório que estava tudo em dia, e fui ao banco para confirmar o valor combinado (pequeno proprietário, 2017).

Se para uma minoria de proprietários que tinha a posse legal do sítio junto ao cartório o processo indenizatório pareceu simples, para a maioria dos sitiantes que não tinham a posse legal do espaço físico, nem do imóvel em que viviam o processo indenizatório foi muito mais estressante e constrangedor. Como a maioria dos sitiantes se enquadrava na categoria de não proprietários com benfeitoria, ou seja, possuíam apenas o chão de casa e benfeitorias, mas não eram proprietários legais do espaço, eles necessitariam entrar com um pedido indenizatório específico junto ao governo federal para obter a indenização pela benfeitoria expropriada. No entanto, os sitiantes não foram informados sobre tal pedido e nem como deveriam proceder

---

<sup>17</sup> De acordo com o MIN, benfeitorias referem-se aos investimentos existentes na propriedade como, galpões, casas, plantação.

<sup>18</sup> O período de negociação das indenizações causou um pouco de estresse a alguns sitiantes que alegam “má fé” no valor sugerido das indenizações e em alguns casos pagos pela propriedade. Essa insatisfação dos deslocados referente ao valor das indenizações pagas por suas propriedades e benfeitorias também foram expressa em outros contextos, na construção de hidrelétricas. Ver Sigaud (1986); Perry Scott (2009); Santos (2007).

para garantir a indenização e consequentemente acabaram ficando de fora do cadastro indenizatório.

Assim, como o processo indenizatório foi estressante para os sitiantes não proprietário com benfeitorias, foi estressante também para as famílias de herdeiros, isto porque, o título da propriedade em que viviam se encontrava em nome de um parente já falecido há anos, e para que essas famílias pudessem receber as indenizações pela propriedade era necessário que o documento de posse pela propriedade estivesse regularizado em cartório, ou seja, as famílias deviam possuir a escritura de inventário para dar entrada no pedido de indenização. Seu Valdemar relata um pouco sobre esse momento.

Eles (o MIN) perguntaram pelo papel para provar que a terra era nossa, e como lá no nosso sítio são oito irmãos, dois estão em São Paulo e os seis vivem todos no sítio que é no nome de papai e ele já morreu, e nunca antes de morrer nunca deu, nem falou de papel coisa nenhum pra filho nenhum, os dois (irmãos) que estão em São Paulo nunca pediram papel, nunca falaram em papel. Quando a gente vai receber o seguro safra, também não pede papel, pra que isso? Só para nos prejudicar (Morador local, 2014).

Ora, mas se as famílias compartilhavam os espaços do sítio entre si como forma de preservar a unidade da terra e da família cuidando para que não fossem esfaceladas (Woortmann, 1990), então, não fazia sentido para essas famílias possuírem uma escritura de inventário que prevê a divisão formal dos bens do falecido. Mas uma vez, como tantas outras, o MIN não levou em consideração as particularidades dos sitiantes e impôs como regra para aquisição da indenização, a posse de escritura do espaço em que viviam.

Como a posse de escritura de inventário no caso dos herdeiros era uma exigência do MIN para o cadastramento indenizatório e as famílias não tinham condições de pagar os trâmites do cartório para fazer um, então não conseguiram se cadastrar para receber as indenizações por suas propriedades. Como ressalta a líder sindical.

Agora me diga, o povo (técnicos do MIN) só vinha aqui quando a gente solicitava, jogava as notícias pela metade e iam embora. Esse povo (siantes) não entendia direito o que era pra fazer, ficavam todos perdidos. E ainda mais, como é que esse povo (siantes) que nunca precisou de inventário, agora que foi obrigado a fazer um, iam tirar dinheiro de onde pra fazer? Isso (inventário) custa dinheiro! Se o povo (siantes) já tava passando necessidades sem poder trabalhar a terra, vivendo só com salário dos aposentados da família. E eles (técnicos MIN) não querem saber de nada não, querem o inventário e pronto, ou não tem indenização (Líder sindical, 2014).

Nota-se o distanciamento dos técnicos do MIN em relação às dificuldades encontradas pelos sitiantes para lidar com a burocracia. A falta de informações claras, orientações e diálogos entre MIN e sitiantes para tentar amenizar o estresse das famílias nesta fase dolorosa enquanto ficavam no desmonte de suas bases de vida e aguardando o deslocamento (Perry Scott, 2009), foram os principais responsáveis pelo impedimento do repasse das indenizações.

Após o prazo para cadastro indenizatório junto ao MIN os sitiantes só poderiam requerer as suas indenizações por meio de processo judicial. O que resultou em um processo longo e doloroso de constrangimentos para os sitiantes. Dona Zefa nos conta como foi esse processo.

Era tudo tão bagunçado que ninguém sabia se tinha direito ou não (as indenizações). A gente ouvia o povo falar: ‘você tem direito, não tem direito’. O rapaz que é conhecido nosso perguntou a eles (os técnicos do MIN) como ficava sabendo se tinha direito e como fazia, aí eles disseram: ‘você está em qual posição<sup>19</sup>?’ e eu sei lá que posição é essa. Ai, perdemos o tempo. Aí, fomos atrás do sindicato. E teve tanta confusão, teve que entrar na justiça (silêncio), vixe, Maria, não gosto nem de pensar! Chega dizendo que é bom pra gente e faz uma coisa dessas com nós, cadê a bondade! (Dona Zefa, moradora local).

Os técnicos do MIN tentam se livrar da participação na responsabilidade de auxiliar os sitiantes nos trâmites burocráticos frente à justiça para requer o que lhes era de direito, as indenizações pelas benfeitorias e pela propriedade de herdeiros. Neste, como em muitos outros casos, no andamento de execução do PTSF no município de São José de Piranhas, o STRSJP teve que intervir, solicitando que o MIN disponibilizasse advogados para que auxiliassem os sitiantes no processo de pedido das indenizações.

Depois de algumas negociações, a solicitação do STRSJP ao MIN para pedidos indenizatórios na justiça foi atendida, formada, assim, uma comissão com três advogados para a execução dos pedidos que aconteceu na sede do STRSJP. As imagens a seguir mostram alguns desses momentos.

---

<sup>19</sup> Posição a qual Dona Zefa se refere em sua fala, diz respeito às categorias utilizadas pelo MIN para enquadrar as famílias sitiantes em determinados grupos no cadastro das políticas indenizatórias.

FIGURA 16 PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR MEIO JUDICIAL INTERMEDIADO PELO STR



FONTE: Acervo do STRSP

A entrada com os pedidos indenizatórios realizados pelos sitiantes junto à justiça demorou um bom tempo para ser resolvido, pois os dados cadastrais das propriedades e benfeitorias realizados pelo MIN tiveram que ser reavaliados e reelaborados para depois encaminhar os pedidos junto à justiça.

## II. 5.2 - A Expulsão dos Sitiantes do Riacho da Boa Vista

Enquanto os processos de pedido indenizatório ainda rolavam na justiça, o MIN tratou do processo do registro e distribuição da verba mensal através do Programa de Transferência Temporária (PTT), essa verba era destinada às famílias que aguardavam o deslocamento e os lotes residências nas Vilas Produtivas Rurais (VPRs).

Após a conclusão dos cadastros para o repasse das verbas reparadoras e do (PTT) foi realizada uma reunião com os sitiantes em uma das comunidades que seria atingida. Essa reunião foi realizada para tratar do início da desocupação da área para construção do PTSF, foi estabelecido também prazos e regras a serem cumpridas pelos sitiantes ao deixarem os seus espaços de vida. As exigências para a desocupação da área aconteceram antes mesmo de muitas famílias terem recebido as suas devidas indenizações que corriam na justiça. Realidade que diverge do que está proposto no Programa de Reassentamento das Populações do PTSF (2004), que prevê o deslocamento das famílias dos seus sítios em noventa dias após a efetivação total do pagamento indenizatório. Essas constantes divergências do que está posto no PTSF e o que está sendo de fato posto em prática em São José de Piranhas, reflete a desorganização e descompromisso dos envolvidos na elaboração e construção do PTSF para com a população atingida.

É preciso destacar também, que as exigências realizadas pelo MIN para que os sitiantes deixassem seus espaços de vida não vieram acompanhadas de alternativas de destino para aqueles sitiantes. Em estudos sobre outros empreendimentos de grande porte no Brasil, Sigaud (1986) destaca que na decisão de construção e na construção de uma barragem o destino que será dado à população não está predeterminado e, os administradores das obras não sabem como administrar o esvaziamento da área. Portanto, no que se refere à expulsão dos sitiantes de seus espaços de vida e às alternativas de realocação o MIN tenta se descompromissar da responsabilidade para com o destino dos sitiantes nesse intervalo indesejado de seus projetos de vidas.

O relato de um ex-morador do Riacho da Boa Vista é revelador quanto à forma arbitrária e descompromissada com que os técnicos do MIN tratavam o assunto da expulsão dos sitiantes de seus territórios.

Assim, sabe! Eles chegam Na sua casa, onde tava tudo certinho, simples, mas certinho, e diz ‘vocês vão sair tal dia’. Não diz pra onde nós vamos, e quando nós perguntamos a resposta é: ‘aí é com vocês’. É com a gente? ‘o ministério está fazendo sua parte, agora cabe à população colaborar’. Na reunião, eles (os técnicos do MIN) disseram que a gente precisa colaborar fazendo nossa parte, que é nossa responsabilidade também. Diz que temos que ser compreensivos e ajudar no que puder. E a cabeça do pai de família, como fica sem saber o que fazer? Para onde vamos levar nossos filhos? E vai comer o que?(ex-morador do Riacho da Boa Vista, 2017).

Ora, transformar os problemas que o Projeto de Transposição vem provocando na vida das famílias sitiantes, como é o caso da expulsão dessas famílias de seus modos de vida e trabalho, em responsabilidade das mesmas, é no mínimo arbitrário. A ideia arbitrária de jogar sobre os sitiantes a responsabilidade pelas consequências desastrosas provocadas pelas práticas abusivas que o PTSF impõe aos sitiantes é querer livrar-se da participação em tais consequências, livrando-se assim da responsabilidade em solucioná-los.

Esquivando-se de suas responsabilidades nas consequências que a construção do PTSF vem provocando na vida das famílias sitiantes, o MIN intensificou a ordem de desocupação da área. De acordo com uma ex-moradora do Riacho da Boa Vista, os técnicos do MIN passavam nos sítios para pressionar os sitiantes a desocuparem os seus espaços de vida.

Era uma insistência danada, quando menos a gente esperava, aparecia um (técnico do MIN). ‘Como estão as coisas, já estão se organizando?’. A gente já tava num desespero, sem saber direito o que fazer, pra onde ir. Aí aparecia

um (técnicos do MIN) e dizia, ‘se não tirarem as coisas, vamos ter que derrubar com tudo’. Era uma coisa, menina! Quando a gente via o carro, já sabia o que era. Era pra deixar meu Riacho. Várias vezes eu me escondi pra não ter que ouvir eles (os técnicos do MIN) dizer que eu tinha que deixar meu Riacho. Dez dias tivemos que sair, depois da notícia, ‘vai sair viu!’ Não deu nem pra arrumar um lugar direito, e levamos o que deu, perdi muita coisa nessa correria. Até hoje eu procuro um quadro que eu tinha na parede com o retrato dos pais de mamãe, acredita? A saída foi assim, uma loucura, um corre-corre. Eu não me conformo, porque tive que deixar um pote grande que foi de minha mãe, não deu pra levar. (Ex-moradora do Riacho da Boa Vista, 2015).

Sem alternativas, expulsos de suas bases de vida em nome de um “bem comum”, os sitiantes saíram desatinados em busca de “um lugar onde pudessem trocar de chinelos para prosseguir a caminhada”.

### **II. 5.3 - A Derrubada das Casas no Sítio Riacho da Boa Vista**

De toda experiência provocada na vida dos sitiantes pela intervenção do Estado com a implantação do PTSF em seus espaços de vida, o momento mais marcante na lembrança dos sitiantes foi a derrubada das casas<sup>20</sup> em que residiam nos sítios antes da chegada do PTSF.

A derrubada da casa era uma exigência feita pelo MIN aos sitiantes. Os sitiantes foram orientados pelos técnicos do MIN para realizar a derrubada das casas no dia em que estivessem de mudança. Após retirar os pertences das casas, ainda com o caminhão de mudança pronto para deixar o local, o sitiante tinha que derrubar suas casas. A derrubada da casa se fazia através da destruição não apenas da casa, mas de qualquer benfeitoria ao seu redor como, os galinheiros, galpões, latadas, chiqueiros, currais e outros. No processo de derrubada da casa os sitiantes poderiam retirar das benfeitorias antes de destruí-las os materiais<sup>21</sup> que quisessem levar consigo em seguida o que restasse no local deveria ser destruído. Caso algum sitiante se recusasse a derrubar a casa, isso seria feito por um trator a mando do MIN. Embora os sitiantes soubessem qual o objetivo da demolição por parte do MIN, permitir que o trator destruísse tudo, foi como se permitissem destruir as lembranças do que foi vivido por eles naquele local.

A exigência por parte do MIN para que os próprios sitiantes antes de deixarem definitivamente os sítios derrubassem a casa, vem acompanhada de segundas intenções. Além

---

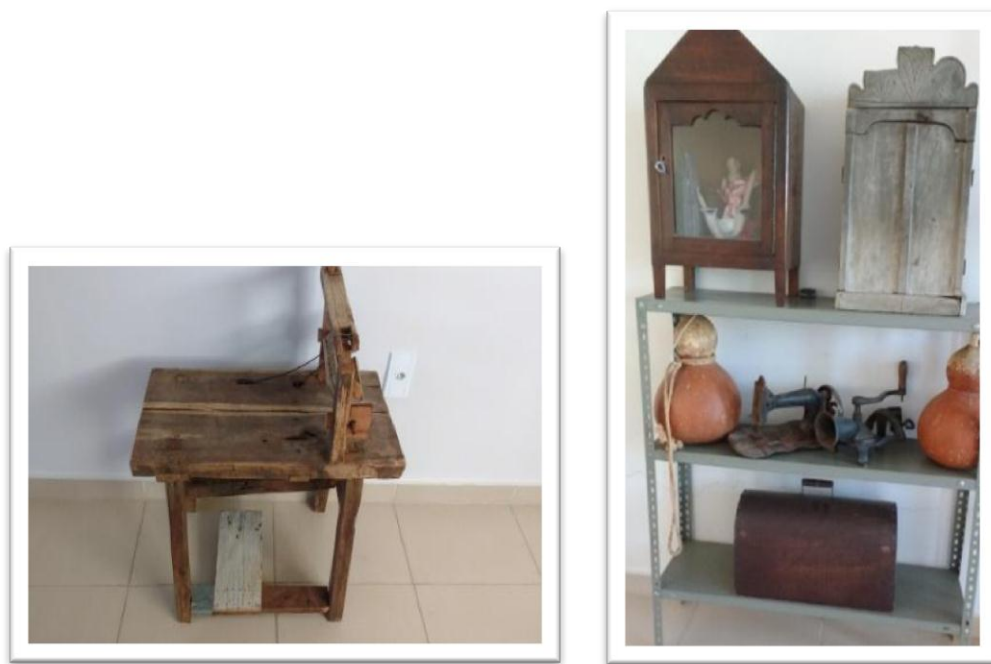
<sup>20</sup> Utilizarei aqui o termo derrubada porque foi o termo utilizado pelos sitiantes para se referir a demolição das casas em que residiam antes do deslocamento.

<sup>21</sup> Esses materiais correspondem basicamente a matérias de construção (telha, tijolos, madeira, arrame), o que quisessem levar da estrutura das benfeitorias.

do interesse de retirar e manter o afastamento dos sitiantes do local em que residiam antes, a exigência do MIN tinha por objetivo, ainda que implícito, de desestruturar o modelo de organização espacial existente para facilitar adaptação e permanência dos sitiantes nos espaços de realocação.

Devido ao caráter de urgência para desocupação da área e realização da mudança, os sitiantes não tiveram como levar para novas moradas os objetos antigos que faziam parte do sítio. Esses objetos separados dos seus territórios pareciam não fazer sentido, ou não teriam os mesmos significados e utilidades para os sitiantes na nova morada. Alguns desses objetos foram doados pelos sitiantes ao STRSJP, vejamos as figuras a seguir.

FIGURA 17- OBJETOS DOADOS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS (2015).



FONTE: Acervo próprio

## II. 6 - O Destino dos Sitiantes Deslocados

No Riacho da Boa Vista, área de intervenção da Barragem Boa Vista foram deslocadas quarenta e oito famílias, entre pequenos proprietários e não proprietários. De acordo com o ex-líder comunitário, a área total de intervenção para a construção da barragem estava dividida em oito propriedades particulares antes do PTSF, isso implica dizer que,

quarenta e oito bases familiares estavam distribuídas entre essas oito propriedades. No entanto, a maioria dos sitiantes que ocupavam esses espaços, não eram proprietários legais dos mesmos.

Das quarenta e oito famílias do Riacho da Boa Vista que foram deslocadas, apenas dezoito tiveram direito às indenizações pela propriedade, o restante dos sitiantes, não proprietários, só tiveram direito apenas ao lote residencial nas VPRs. Esses sitiantes não proprietários, ficaram numa condição de sujeição às decisões dos agentes do MIN que decidiam sobre seus destinos durante o período de construção das obras do PTSF.

A saída definitiva dos sítios se deu de forma temporalmente diferenciada, com algumas famílias saindo antes do início das obras e outras saindo durante o período de construção das obras. Os primeiros sitiantes a deixarem os seus espaços de vida no sítio, foram os pequenos proprietários que tiveram a possibilidade de “optarem” por solução própria<sup>22</sup> e receberam indenizações pela propriedade e as benfeitorias. Já os sitiantes não proprietários, não tiveram direito a indenização e foram os últimos a deixar o território.

À medida que eram expulsos de suas bases de vida, os sitiantes saíram em busca de novos lugares para viver, eles procuraram por lugares que não fossem tão diferentes dos espaços em que viviam antes do deslocamento. Como alternativa, os sitiantes buscaram em outros sítios vizinhos que não foram atingidos pelo PTSF a possibilidade da compra ou de residirem sob a forma de empréstimo<sup>23</sup>. Mas, o que os sitiantes não esperavam aconteceu, a alta exorbitante nos preços das terras, fato que impossibilitou a compra de outros sítios. Outro fator que também surpreendeu os sitiantes foi à cobrança pelo aluguel das casas nos sítios, casas que antes do PTSF eram concedidas como forma de empréstimo. Como relata um ex-morador do Riacho da Boa Vista.

Quando disseram (os técnicos do MIN), ‘tem que sair em uma semana’, fui num sítio mais lá pra cima do outro lado da barragem e falei com o proprietário para empréstimo, ele disse, ‘não tem mais empréstimo, só aluguel agora’. Aí, eu aluguei, porque para a cidade a gente lá de casa não ia não. Agora veja, antes (das obras do PTSF), isso num existia aqui não, nunca ouvi falar de pagar aluguel por casa no sítio, terra a gente aluga, mas casa não (Ex-morador do Riacho da Boa Vista, 2014).

---

<sup>22</sup> Solução própria é um termo utilizado pelo Programa de Reassentamento das Populações do PTSF para se referir aos atingidos que optaram pela indenização total de todos os bens e abre mão dos lotes residências nas VPRs ou qualquer outro benefício oferecido pelo MIN.

<sup>23</sup> Tomar uma casa em algum sítio por empréstimo refere-se a ocupar por um tempo determinado tal casa que esteja desocupada e em troca pela ocupação prestam-se alguns serviços na propriedade da pessoa que empresta.

Vale salientar que mesmo alarmados com tal situação, mas sem alternativas para continuar reproduzindo os seus modos de vida, alguns sitiantes que não receberam indenizações, resolveram aceitar o acordo e alugar casa em outro sítio. O que se percebe nesse contexto, é que as ações do Estado causaram transformações não apenas na vida dos sitiantes deslocados, mas se estendeu para outras áreas onde as obras não alcançaram. Isso é visível quando se observa o modo como estavam estruturadas as relações sociais antes da chegada do PTSF e depois dela. As relações existentes entre os sitiantes antes do PTSF que eram intermediadas pela troca foram convertidas em relações comerciais intermediadas pelo valor monetário.

Mesmo com esse novo modelo de relações sociais impostas aos sitiantes, a área rural ainda se apresentava como a melhor alternativa, entretanto, a disponibilidade de espaços para aluguel na área rural não foi suficiente para abrigar o contingente de famílias deslocadas pelo PTSF. Embora estivessem dispostos a pagar pelo aluguel de uma casa em outros sítios na área rural e enfrentar as mudanças impostas pelo PTSF, os últimos sitiantes a deixarem suas bases de vida, não obtiveram sucesso, pois o número de deslocados na região era alto, o que os obrigou a buscarem outros rumos.

## **II. 6.1 - Boa Vista: um Refúgio de Resistência para a Reprodução dos Modos de Vida**

Impossibilitados de se instalarem nos sítios na área rural, muitos sitiantes buscaram apoio em Boa Vista. Boa Vista é um distrito do Município de São José de Piranhas, localizado ao leste da área rural do município. De acordo com alguns moradores, o local era uma fazenda e por motivo de promessa, as terras foram doadas à Igreja para o santo São João<sup>24</sup>. A igreja disponibiliza parte dessas terras para que a comunidade possa construir casas e/ou plantar mediante um pagamento mensal à igreja pelo uso da terra. A partir daí, segundo os moradores locais, foram surgindo casas próximas à igreja, depois foi construída uma escola, um posto de saúde e um cemitério para atender a população local e as dos sítios próximos, formando assim, o distrito da Boa Vista. Vejamos as imagens a seguir.

---

<sup>24</sup> Isso se configura no que Alfredo Wagner (2008) chama de Terra de Santo.

FIGURA 18 DISTRITO BOA VISTA, 2013(ESQUERDA) E 2017 (DIREITA)



FONTE: Acervo próprio

Os sitiantes que receberam indenizações por suas terras e benfeitorias conseguiram comprar ou construir uma nova casa em Boa Vista. A construção ou compra da casa em Boa Vista se apresentava como alternativa viável para os sitiantes, já que, o valor recebido como recompensa do que foi perdido com o deslocamento não deu para comprar outro sítio na área rural. É possível perceber a partir da fala de seu Antônio, ex-morador do Riacho da Boa Vista, os motivos que o levou a ficar em Boa Vista.

Nós viemos pra Boa Vista porque não tinha um pedaço de terra em lugar nenhum que desse pra gente comprar, quase tudo já estava comprometido com a transposição, o que restou era terra careca, e a senhora sabe que em careca nunca nasce cabelo! Aí, você tinha que trocar os olhos da cara por uma careca, porque era tudo terra ruim e caro. A merreca que recebi pelo que eu tinha no Riacho, só dava pra construir essa casinha aqui, ou ir para a cidade, mas quem é o doido de ir para a cidade? A gente estava acostumado com nossas vidas no sítio, ia adoecer, como muitos por aí. Aqui pelo menos, deu pra ter umas fruteirinhas, as plantinhas da mulher, um franguinho de quintal pra comer e alugar um pedacinho de terra de São João e botar uma rocinha. Eu podia ficar em casa na VPR, sabe? Mas eu acreditava que essas casas não iam sair não. Já diz a história, 'é melhor prevenir do que remediar'. (Ex-morador do Riacho da Boa Vista, 2016).

A fala de seu Antônio, além de fazer menção aos motivos apresentados que justifica a compra ou construção da nova casa em Boa Vista, como: a indisponibilidade e os altos preços das terras em outras áreas rurais do município depois da chegada do PTSF, ela revela ainda, o que parece ser o sentimento comum entre os sitiantes: à desconfiança e o medo. A desconfiança dos sitiantes está associada à descrença na efetivação e repasse dos lotes

residenciais nas VPRs como compensação pelas perdas de suas bases de vida, essa desconfiança gera nos sitiantes o medo, o medo em ter que ir viver na cidade e prolongar o estresse provocado pela espera indesejada ou mesmo de não ter mais como reverter à situação de voltar para área rural, ou seja, o medo em relação ao futuro.

Esse medo, também foi o que levou os sitiantes deslocados e sem direito às indenizações a alugarem casas em Boa Vista, enquanto esperavam pelo reassentamento nas VPRs. Como é o caso da família de Dona Zefa, que teve direito apenas ao lote residencial na VPR, e conseguiu alugar uma casa em um sítio bem próximo a Boa Vista.

Eu chorava dia e noite, pensando como iria ser minha vida longe do meu Riacho. A sorte é que Francisco conseguiu alugar uma casa por aqui perto. Eu pude fazer minha hortinha, com meus chás, minhas ervas, deu pra fazer um chiqueiro, pequeno sabe? Porque não dava pra fazer muita coisa no que é dos outros. Plantar meu gergelim! E tive sorte porque minha vizinha era boa. A gente sentia muita falta de fazer nossas coisas, mas eu ajudava minha vizinha, matava frango pra ela, ia de noite conversar, Francisco tirava o leite das vacas dela, a gente fazia queijo, manteiga, e foi levando. Tu já pensou, se a gente tivesse ido pra cidade? E se essas casas na vila não saíssem? Tava os dois mortos agora! Francisco até conseguiu botar uma rocinha, coisa pouca sabe, muito mais pra passar o tempo do que pra comer, ficou faltando só o fogão a lenha e se não saísse às casas nossas da vila, nós tava seguro (Dona Zefa, 2017).

Muitos são os relatos de medo e insegurança que a cidade representa para os sitiantes. Medo e insegurança não pelo fato da cidade ser estranha aos sitiantes, que visitam a área urbana esporadicamente para ir à missa e fazer compras, mas sim, por que o sentido de cidade significa para os sitiantes o oposto do que é vivido por eles na área rural. A área rural é antes de tudo para o sitiante o local de trabalho e de reprodução da família.

Alzira também optou por ficar em Boa Vista, ela recebeu indenização pelas benfeitorias que possuía no sítio em que morava antes do deslocamento e teve direito também, a uma casa na VPR. Como outros sitiantes em sua condição, Alzira resolveu construir uma casa em Boa Vista com o dinheiro da indenização pelas benfeitorias. De acordo com Alzira, o seu marido não se imaginava vivendo na área urbana da cidade.

Alzira: Assim, sabe Giovana! Desde o início, quando disseram que a gente era obrigado a sair, Marcos se pronunciou logo, ‘não vou para cidade’. Eu entendo, sabe! Nasceu e se criou no sítio e do sítio viveu toda a vida. Nunca precisei pedir uma bolacha a ninguém, porque mesmo com dificuldade tinha um milho para um cuscuz, tinha uns ovos e a gente ia se ajeitando. O que a gente sabe fazer, Giovana, é mexer com a terra! E se não tiver terra? O que é que a gente tem pra ensinar aos nossos filhos?

Giovana: Então, foi pelo seu marido que você resolveu ficar em Boa Vista?

Alzira: Também, mas foi por causa dessas coisas mesmo, sabe. Ave Maria, como é que a gente ia viver lá fora? Giovana, minha filha, a gente não sabe viver sem isso aqui não! Eu agradeço toda noite a São João por ele deixar eu plantar na terra dele. E minha filha, ninguém sabia se essas casas iam sair e nem como ia ser, com as terras tudo careca de tanto passar máquina.

A casa de Alzira em Boa Vista conta com um quintal onde ela colocou horta com ervas e hortaliças e tem uma pequena roça que é cuidada por toda família. Além da roça, Alzira também tem um pequeno comércio em casa, onde vende frutas e verduras para complementar a renda. As frutas e verduras que são vendidas em seu comércio são trazidas pelo seu marido de outros municípios. As imagens a seguir mostram o comércio em Boa Vista.

As falas dos sitiantes sobre a opção por residirem em Boa Vista, após serem deslocados de suas bases de vida antes do PTSF, nos leva a refletir sobre o modo que o distrito Boa Vista passou a ser percebido pelos sitiantes deslocados. Percepção esta que diverge, e muito, de como muitos sitiantes da região percebiam Boa Vista antes de serem deslocados pelo PTSF.

Antes de o PTSF chegar às áreas rurais do município de São José de Piranhas, os sitiantes das comunidades próximas ao distrito Boa Vista acreditavam que o local era amaldiçoado. De acordo com os sitiantes, a maldição foi proferida pelo Padre Cícero, que em uma visita ao distrito para realização de uma novena na igreja de Boa Vista, ficou chateado, porque no mesmo instante que era realizada a novena também acontecia uma festa profana no lado de fora da igreja, onde pessoas bebiam, fumavam e fazia muito barulho interrompendo a novena. Ao ir embora, chateado com a população, Padre Cícero jogou uma praga, dizendo que Boa Vista estava amaldiçoada e quem fosse viver ali também. Dessa forma, Boa Vista passou a ser percebida por muitos sitiantes como um local que inspirava medo. Essa percepção durou no imaginário dos sitiantes até antes do deslocamento de suas bases de vida.

Com o deslocamento dos sítios, local que permitia a reprodução dos modos de vida, os sitiantes buscaram possibilidades da não interrupção das práticas tradicionais que estavam ameaçadas pelos deslocamentos e encontraram em Boa Vista a única alternativa que pudesse amenizar os impactos causados aos seus modos de vida.

Por ser considerado pelos sitiantes um lugar que não é rural e nem urbano, mas por está localizado mais próximo a área rural, Boa Vista passou a ser um centro de atração para as famílias deslocadas, pois mesmo que de forma restrita devido a pouca disponibilidade de

terras pertencente à igreja e que podia ser alugada, Boa Vista possibilitava aos sitiantes a reprodução dos modos de vida. Dessa forma, a opção pelo distrito Boa Vista não foi aleatória, diante das possibilidades de reassentamento existente naquele momento para os sitiantes, entre ir viver fora do município, na área urbana da cidade ou em Boa Vista, não restou dúvida aos sitiantes, Boa Vista era a única opção possível.

Assim, se antes Boa Vista era percebida pelos sitiantes da região como um local de rejeição enquanto local amaldiçoado, com a chegada do PTSF ela passou a ser percebida como um refúgio de resistência às ameaças de perda da reprodução dos modos de vida da família sitiante.

## **II. 6.2 - Transformações Decorrentes da Realocação em Boa Vista**

O deslocamento dos sitiantes de suas bases de vida se deu de forma desorganizada por parte do MIN. Esse deslocamento desordenado, ao mesmo tempo em que provocou dispersão das famílias sitiantes dos povoados, provocou também o reagrupamento de diversas famílias no distrito de Boa Vista.

Antes de o PTSF chegar ao município de São José de Piranhas, o distrito de Boa Vista contava com aproximadamente cinquenta casas organizadas uma ao lado da outra, distribuídas em duas fileiras principais em formato de rua. Depois que o PTSF chegou ao município, o número de casas em Boa Vista cresceu em 200%. Como relata o agente de saúde da Boa Vista.

Boa Vista antes da transposição possuía pouco mais de cinquenta casas e a maioria das famílias que viviam aqui eram parentes. Quando o projeto chegou a nossa cidade Boa Vista foi crescendo de forma repentina, todo dia era uma casa nova, e hoje você pode observar que as obras ainda não acabaram e Boa Vista já tem aproximadamente pra mais de umas duzentas casas, gente de todo lado veio para Boa Vista (Agente de saúde, 2016).

A maioria dos sitiantes deslocados que passaram a residir em Boa Vista eram oriundos do Riacho da Boa Vista, no entanto sitiantes de outras comunidades atingidos pelo PTSF que foram deslocados de suas bases de vida também buscaram refúgio em Boa Vista. Essa junção dos diferentes grupos de sitiantes de outras comunidades em Boa Vista acabou provocando transformações nas relações sociais e de vizinhança tanto do grupo estabelecido quanto dos grupos novos. Os relatos abaixo expressam essas transformações.

Como antes, aqui em Boa Vista moravam mais famílias, quando acontecia uma festa, casamento, batizado, por exemplo, chamavam todo mundo, agora como muita gente é de fora, as festas são mais fechadas e tem que escolher convidado e antes aconteciam ali, no pátio da igreja, Boa Vista em peso participava. Tanto quem já morava, como quem chegou depois, ficou mais fechado nas suas casas. Também tem aqueles que já moravam aqui e se afastaram um do outro porque fez amizade com um parente que veio morar aqui (Agente de saúde, 2016).

Aqui (Boa Vista) eu sinto falta dos vizinhos nossos de lá (Riacho da Boa Vista). A gente se reunia pra fazer as festas, pras novenas de São José, pra lavar roupa, quando um precisava de ajuda na lida, o outro ajudava. Era assim, no Riacho, aqui não, cada um faz suas coisas. Está vendo essa minha vizinha? Sei nem o nome dela, Giovana! Aqui é cada um na sua casa, só quem já se conhecia ou parente que se falam mais, vão pras festas, pra igreja juntos, mas não é como era no Riacho. Eu e minhas primas, por exemplo, moram tudo ali pertinho, mas agente mal se vê, nem pra o casamento dela eu fui chamada, só fui para o chá de panela. Aqui, nunca mais fizemos nem nossa novena para São José, por que o principal daqui é São João, lá no Riacho era meu São José, sempre tinha agora quem quiser tem que ir para a cidade (Alzira, 2015).

Partindo dos depoimentos acima podemos afirmar que, a realocação dos diferentes grupos de sitiantes antes desconectados e reagrupados no distrito de Boa Vista, não implica apenas em um reagrupamento populacional, e nem apenas num redimensionamento das unidades sócias existentes anteriormente, ela implica também, na transformação e no fim de relações de parentesco e vizinhanças estabelecidas ao longo de décadas (Sigaud, 1986, p.58).

Dessa forma, ao se reagruparem em Boa Vista, os elementos fundamentais que conferiam identidade ao povoado do Riacho da Boa Vista, e conseqüentemente, as relações sociais estabelecidas há anos entre os moradores antes do deslocamento como, a festa de São José padroeiro do Riacho de Boa Vista, as novenas realizadas pelos sitiantes para o santo padroeiro, as reuniões das famílias sitiantes para organização das festas da comunidade, deixaram de existir, entretanto, as famílias que passaram a residir em Boa Vista participam das festas de padroeiro e das missas, tanto em Boa Vista quanto nas outras comunidades.

Se por um lado, realocar-se em Boa Vista provocou transformações na vida das famílias sitiantes, por outro, Boa Vista era a única alternativa que permitia aos sitiantes a possibilidade de reproduzirem os seus modos de vida, conforme veremos a seguir.

### **II. 6.3 - Reestruturações dos Modos de Vida em Boa Vista**

Para a construção do canal do PTSF, foi apropriada pelo Estado uma extensa área rural do município de São José de Piranhas, e conseqüentemente deslocou de suas bases de vidas centenas de famílias sitiantes residentes dessa área. Expropriados de suas bases físicas de vida, os sitiantes que buscaram se realocar no distrito de Boa Vista tentam reproduzir os seus antigos modos de vida, reorganizando os quintais e a novas casas de maneira muito semelhante como eram organizados os espaços nos sítios no Riacho da Boa Vista antes do deslocamento. Embora os novos espaços em Boa Vista sejam menores que os espaços em que viviam antes no Riacho da Boa Vista, os sitiantes insistiram e reelaboraram os novos espaços com um pouco de cada elemento que possuíam nos sítios antes do deslocamento. O quintal de dona Zefa, por exemplo, tinha de tudo um pouco que possuía em seu sítio no Riacho da Boa Vista.

Eu trouxe pra cá (Boa Vista) uma mudinha de todas as plantas e fruteiras que tinha lá no meu sítio. Trouxe giro sol, espada de São Jorge, trouxe hortelã, capim santo, trouxe pé de goiaba. Há se eu pudesse e se aqui desse, eu trazia era tudo (Dona Zefa, 2015).

Os novos espaços de vida das famílias que passaram a residir em Boa Vista estavam distribuídos da seguinte forma: uma casa de alvenaria e um quintal, algumas famílias também alugaram por trás do quintal uma pequena área onde colocaram uma roça.

O terreno estava dividido em três partes. Na parte da frente do terreno estava localizada a casa, após a casa ficava o quintal e após o quintal que ficava separado por cercas de varas de madeira e arame ficava a terra alugada para o roçado. A arquitetura das novas casas é semelhante à que possuíam as casa nos sítios antes do deslocamento, algumas possuíam uma pequena calçada, outras uma pequena varanda antes da entrada da casa da sala de visitas, após a sala de visitas ficava a sala de janta, as casas geralmente possuíam três quartos distribuídos do lado direito ou esquerdo da casa e logo após a sala de jantar ficava a cozinha.

A mobília das casas era semelhante aos que possuíam nos sítios onde residiam antes de serem deslocados, mas tem um item que parece ser imprescindível para as famílias nas novas casas que é a construção do fogão a lenha. Pude observar que nas casas construídas pelos sitiantes a maioria possuía o fogão a lenha e em algumas casas que já foram compradas

prontas também foram acrescentados o fogão a lenhas e nas que não possuíam os sitiantes expressavam o desejo de possuir novamente um.

Na parte de trás das casas, colado à cozinha, geralmente, tinha uma área coberta, onde ficava uma lavanderia, ficavam guardados baldes que armazenavam água, e alguns instrumentos de trabalho da roça e da casa, como enxadas, foices, vassouras, rodos. Logo após essa área coberta ficava o quintal das casas, onde foram plantadas algumas fruteiras de pequeno porte como, goiabeira e bananeira. O quintal também possuía uma pequena horta onde foram plantadas algumas hortaliças e ervas. As imagens a seguir mostram um quintal de uma família sitiante reassentada em Boa Vista.

FIGURA 19 QUINTAL DA CASA DE UMA FAMÍLIA SITIANTE REALOCADA EM BOA VISTA



FONTE: Acervo próprio.

No quintal ainda possuía um pequeno galinheiro, construído com materiais dos galinheiros que foram desmontados nos sítios antes do deslocamento. Algumas famílias ainda comportavam em seus quintais uma ou duas cabras, que eram levadas durante o dia para pastar fora desse novo espaço e trazido à tardinha para o quintal de casa. É importante lembrar que as atividades que foram realizadas para reorganização do quintal foram realizadas pelas mulheres da família, assim como nos sítios em que viviam antes do deslocamento, o cuidado diário com o quintal e com os animais de pequeno porte é de responsabilidade das mulheres da casa.

Depois do quintal, separado por uma cerca de varas fica uma área onde as famílias colocaram uma pequena roça. Na roça foram plantados pés de feijão e milho, essas atividades geralmente são realizadas pelos homens. É de responsabilidade do homem também, levar as

cabras para pastar, já que essa atividade passou a ser realizada fora do espaço do quintal. Relata dona Zefa:

A nossa vida, a vida da nossa família só não parou de vez, Giovana. Porque eu não parei de fazer o que gosto e sei. É claro que mais devagar, porque além de ser pouca coisa com poucos bichos, mas eu via ali, onde eu fiquei tudo um pouquinho que eu tinha antes no meu Riacho. (Entrevista realizada em 2015)

Dessa forma, Boa Vista possibilitou aos sitiantes que conseguiram comprar ou alugar casas a reprodução de seus modos de vida. Isso só foi possível para as primeiras famílias que foram indenizadas pela propriedade e/ou por benfeitorias, as famílias que não receberam indenizações e só tiveram direito a casas nas VPRs tiveram que passar por um processo estressante de espera indesejada, como veremos a seguir.

#### **II. 6.4 - A Espera Indesejada: realocação das famílias sitiantes na área urbana da cidade**

Antes de iniciar esse tópico é preciso definir aqui o que estou chamando de espera indesejada. Espera indesejada, é um termo utilizado aqui para descrever a terrível experiência de espera pelo deslocamento das áreas de risco a que foram submetidos a ficar durante o andamento das obras do PTSF até o reassentamento na área urbana da cidade enquanto esperavam pelos prometidos lotes residências nas VPRs. A fase de espera indesejada impossibilita os sitiantes do acesso aos meios de trabalho na área rural (não podem e não tem onde plantar e criar animais), impõe a dispersão de parentes e vizinhança ao qual estavam habituados. A espera indesejada compreende estresse, tristeza, ansiedade, saudade, medo, angústia, ou seja, ela envolve não apenas as dores físicas, mas também as dores da alma para quem por ela é obrigado a passar. Dessa forma, compreendemos que esta fase, compreendida aqui como espera indesejada é consequência não apenas do PTSF, bem como de outros grandes projetos responsáveis pelo deslocamento de pessoas de seus modos de vida e de trabalho.

Para não assumir os custos com os deslocamentos dos sitiantes, como o pagamento das mudanças e o acréscimo no valor do PTT para pagamento dos aluguéis em outras localidades do município, o MIN deixou de forma extremamente irresponsável muitos sitiantes no canteiro de obras durante meses. Esses sitiantes que foram deixadas nos canteiros

de obras ficaram isolados, pois a maioria dos seus vizinhos já havia sido deslocados, as escolas, os postos de saúde demolidos e o acesso a essas áreas ficaram restrito, uma vez que ali deixou de ser rota para as famílias “e o mato tomou de conta”. Seu Antônio fala sobre os últimos dias de sua família isolados no canteiro de obras.

Eles disseram que íamos sair, mas foi saindo todo mundo, quebraram a escola toda, a estrada se acabou e nós ficamos aqui, sozinho. Nós não tínhamos nem como sair para fazer compra direito, por que a estrada não existia mais, pra sair daqui tinha que se embrenhar<sup>25</sup> no mato. Para os meninos irem à escola tava difícil, quase não ia. Tinha medo de sair, mas também tinha medo de ficar, porque as explosões eram muito altas, estremeciam tudo, até pedra já chegou, caiu na telha com a explosão, mas não tinha como nós sair. Minha casa estava toda rachada, já caindo e a gente lá, sem ter como sair, pedia ao ministério o aluguel para sair, mas não tinha jeito. A casa cai, mas não cai! Pedi ajuda ao sindicato e eles falaram com a manda chuva do projeto, que nós íamos morrer dentro daquela casa que ia cair. Oxi, nem saímos e a casa caiu. (Entrevista realizada em 2016)

São muitos os relatos dos sitiantes abandonados na área de construção das obras, relatos que só revelam a irresponsabilidade dos implementadores do PTSF para com os sitiantes, que não tiveram como deixar o canteiro de obras, pois, não possuíam recursos financeiros que possibilitasse a compra ou aluguel de casa em outro local. Muitos sitiantes correram riscos de vidas, tanto por estarem expostos a estilhaços das explosões, como pelo risco de desmoronamento de suas casas. Entretanto, sem recursos financeiros para saírem por conta, esses sitiantes só foram deslocados quando as obras chegaram às áreas em que eles se encontravam. As imagens abaixo mostram duas dessas casas em risco de desabamento.

---

<sup>25</sup> Refere-se a ter que adentrar no mato para tentar chegar ao seu destino.

FIGURA 20 CASAS EM RISCO DE DESABAMENTO



FONTE: Acerco próprio e do STRSJP.

Como esses sitiantes foram os últimos a deixarem os sítios, já não encontraram mais espaços para alugar nem nos sítios vizinhos e nem em Boa Vista, pois essas áreas já estavam lotadas com a quantidade de sitiantes realocados. Sem alternativas, a maioria desses sitiantes foi morar nas periferias da cidade. Vejamos as figuras abaixo mostram as casas em que as famílias sitiantes residiam na cidade.

FIGURA 21 CASAS NA CIDADE EM QUE RESIDIAM FAMÍLIAS SITIANTES ENQUANTO AGUARDAVAM PELOS LOTES RESIDÊNCIAS NA VPRS



FONTE: Acervo próprio.

Os relatos abaixo trazem elementos para ajudar a compreender que além da perda dos seus espaços de vida, a falta de alternativas que possibilitasse a esses sitiantes reproduzirem o seus modos de vida, os leva a um sentimento de frustração e fraqueza diante das imposições do Estado.

Eu tentei alugar uma casa em Boa Vista, porque não tinha mais casa nos sítios para alugar, a nossa salvação seria Boa Vista, mas não tinha lugar mais pra gente em lugar nenhum. Fazer o que, não é? Por mim, não tava passando por essa situação não, mas o que agente é? A gente não é nada. Aí, foi aquela confusão, porque ninguém queria vir para a cidade. Tinha uma irmã minha que saiu antes de mim do sítio e ficou em Boa Vista, irmão meu no sítio do sogro e outros na cidade. Pra não se sentir só, queria ter alugado a casa perto dos parentes, mas foi difícil, mudamos de casa umas quatro vezes e ainda não teve como ficar perto da família. Havia muita gente procurando casa também. (Valdemar)

Eu não vim pra cidade, eu fui expulsa do meu Riacho, me tiraram tudo que eu tinha, minha casa, minhas plantinhas, minhas fruteiras, árvores, meus bichos, meus parentes. Me tiraram tudo mesmo! Isso tudo para jogarem a gente aqui, por que se não tinha para onde ir, só restou isso aqui (Antônia esposa de Valdemar, 2018).

Sem possibilidades de permanência na área rural, o inevitável reassentamento na cidade significou para os sitiantes a interrupção por um tempo indeterminado de suas relações com elementos que constituíam e davam sentidos as suas vidas enquanto agricultores. Enquanto estavam na cidade, os sitiantes ficaram impossibilitados do acesso a terra, no entanto, estar na cidade não implica apenas uma ruptura dos sitiantes com o espaço físico em que viviam, vai além, entre tantas, o reassentamento na cidade implica no afastamento de pessoas dos seus meios de subsistência e reprodução da família.

Eu passo o dia aqui sentado aqui nessa cadeira, não tem nada pra fazer aqui, nem trabalho, nada. O que a gente come é o vem da rua, do mercado, não tem como comer o que não planta e não tem como plantar se não tem onde né. Não vejo a hora das vilas ficarem prontas, e eu poder plantar meu feijão, criar meu franguinho... (suspiros) (Valdemar, 2015)

Aqui, se quiser comer um franguinho de terreiro, não come porque não tem como criar. Se quiser comer um cuscuz tem que ser de pacote porque não tem, aliás, aqui não tem como comer nada que se planta só o que se compra (Dona Francisca, 2016).

Dessa forma, o deslocamento dos chefes de família dos meios de vida e trabalho para se reassentarem na cidade, significa também, deslocá-lo de sua posição de honra como provedor do sustento e consequentemente de hierarquia como chefe da família.

Impossibilitadas de produzirem os seus meios de subsistência, e qualquer tipo de criação, práticas que exerciam nos sítios antes do deslocamento, e que “asseguravam o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar” (Heredia, 1979, p.77), os sitiantes passaram a depender do mercado para poder garantir os itens para sobrevivência, então, tudo que era consumido pelos sitiantes realocados na cidade provinha da indústria de

alimentos, modificando em alguns casos, a dieta do grupo familiar que passou a prestigiar itens que desconheciam.

Em outro contexto de deslocamento e reassentamento provocados por políticas desenvolvimentista, Scott (2009) aponta que a falta de acesso a terra onde os agricultores pudessem trabalhar, sem reserva de capital, e residindo nos novos locais distantes das áreas que residiam antes e que relativamente ofereciam oportunidades para trabalho rural, pode provocar a perda do controle da mão de obra familiar. Como a renda dos sitiantes realocados na cidade era quase que exclusivamente limitada ao PTT, alguns membros da família procuraram complementar a renda em outras atividades na cidade, como por exemplo, o trabalho informal de moto táxi.

Dessa forma, durante o período a espera indesejada pelos lotes residências nas VPRs, os sitiantes não tiveram como e nem onde repassar os seus conhecimentos diretamente aos filhos (Scott, 2009), conhecimento transmitido por meio do trabalho no roçado, exercício que envolvia todo o grupo familiar, bem como, um conjunto de técnicas e valores tradicionais transmitidos a cada geração que surgia.

Após alguns anos de espera indesejada pelo reassentamento, em março de 2016 as famílias sitiantes foram realocadas nas Vilas Produtivas Rurais, nesse novo espaço, as famílias sitiantes tentam reconstruir suas vidas. Como veremos a seguir no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO III**

### **Construindo um Território**

Definida a implantação do PTSF e estabelecido o início das obras, iniciaram-se as etapas para o reassentamento das famílias sitiantes deslocadas. Embora nas reuniões realizadas com a população atingida, o MIN tenha garantido a participação dos sitiantes na elaboração do projeto de reassentamento, como está posto no Programa de Reassentamento de Populações do PTSF (2004), na realidade, os sitiantes disseram que poucos sabiam sobre o reassentamento e as Vilas Produtivas Rurais (VPRs), as quais provavelmente seriam destinadas.

De acordo com os sitiantes, na reunião realizada para tratar do reassentamento, como a escolha do espaço para implantação das VPRs, modelo das casas e distribuição espacial dos lotes residências nas VPRs, decisões que eram para serem tomadas em conjunto com sitiantes atingidos, no entanto, o MIN já chegou à reunião com os projetos de reassentamento prontos, os apresentou aos sitiantes, dando a eles apenas a “opção” de escolha entre os projetos já elaborados. Dessa forma, assim como em outras fases do processo de elaboração e construção do PTSF, os sitiantes atingidos não tiveram poder de decisão sobre os seus futuros.

As VPRs foram construídas em fazendas adquiridas pelo MIN para esse fim, priorizaram-se fazendas localizadas relativamente próximas às áreas de deslocamento e aos reservatórios. As VPRs estão divididas em lotes residenciais, cada lote mede 50 metros de frente e 100 metros de comprimento, uma área total de 5.000 m<sup>2</sup>. Segue abaixo a imagem da VPR Irapuá I, utilizada pelo MIN para reassentar as famílias deslocadas do Riacho do Sítio Riacho da Boa Vista.

FIGURA 22 VPR IRAPUÁ I (2016)



FONTE: Acervo Próprio.

As VPRs seguem o mesmo padrão umas das outras no que se refere à distribuição dos lotes e modelos das casas. Elas possuem quadra poliesportiva, campos de futebol, praça, área de uso comum, associação de moradores. A VPR Cacaré e a VPR Quixeramobim por terem um número maior de famílias residentes, receberam unidades de saúde básica, que até o momento não funcionam, e uma escola. A escola da VPR Cacaré ou "Escola do Cacaré" como é conhecida, já pertencia à comunidade antes do projeto, como não foi atingida pelas obras foi melhorada e ampliada pelo Ministério da Integração em substituição à nova escola que seria construída.

### **III.1 - Direito ao Reassentamento na VPR**

As Vilas Produtivas Rurais ficaram prontas no final do ano de 2015, as chaves foram entregues às famílias em fevereiro de 2016 pelo Ministério da Integração Nacional. Tiveram “direito” ao reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais: a) famílias que possuíam a posse legal da terra e benfeitorias<sup>26</sup> e abriram mão da indenização e “optaram” pelo reassentamento nas VPRs; b) famílias que não possuíam legalmente a terra, mas possuíam benfeitorias e

---

<sup>26</sup> As benfeitorias correspondem aos investimentos materiais realizados no sítio.

abriram mão da indenização pelas benfeitorias e, c) as famílias que não possuíam a posse legal da terra e nem benfeitoria.

No caso das famílias que correspondem aos itens a), e b) acima, foi oferecida a oportunidade de “optarem” pelo reassentamento em um das VPRs, nestes casos, foi avaliado o valor total dos empreendimentos atingidos pelas obras, deduzidos os valores dos custos do reassentamento e nos casos em que os valores ultrapassaram esses custos, as famílias receberam indenizações do excedente. Já no caso das famílias que correspondem ao item c), estas não puderam optar em qual das VPRs gostariam de ser reassentadas, o destino dessas famílias coube apenas ao Ministério da Integração Nacional.

### **III.2 - A Vila Produtiva Rural Irapuá I**

A escolha do local para construção da VPR parece ter se realizado sem nenhuma análise prévia no que se refere às condições naturais para reprodução familiar camponesa. O local em que foi construída a VPR Irapuá I, era uma fazenda de propriedade de seu Zuza, o terreno era acidentado e não tinha plantação, era uma área seca destinada mais à solta do gado. Por ser um terreno acidentado, esse território sofreu inúmeros procedimentos de escavações, aterramentos e tentativa de nivelamento da área para que pudessem ser distribuídos os lotes residências que compõem hoje a VPR Irapuá I. Muitos lotes residenciais permanecem inclinados e com barrancos de terra dificultando a interação das famílias com o espaço.

A VPR Irapuá I está localizada às margens da estrada PB 366 que liga o município de São José de Piranhas a cidade do Crato no Ceará. Também está nas proximidades do Distrito Boa Vista. A VPR é composta por 30 lotes residenciais, de sequeiro, e de vazante (figura 23). Os lotes residenciais estão organizados de forma linear, em formato de rua, semelhante às do espaço urbano, por trás dos lotes residenciais estão distribuídos os lotes de vazante e de sequeiro, assim como as áreas de preservação permanente e de uso sustentável. A VPR possui cerca em toda a sua extensão e um portão de acesso localizado próximo à estrada. A figura a seguir mostra o portão de entrada da VPR Irapuá I.

FIGURA 23 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS LOTES RESIDÊNCIAS, SEQUEIRO E DE VAZANTE DA VPR IRAPUÁ I (2017)



FONTE: Acervo próprio.

Os lotes residenciais das VPRs contam com uma casa que se localiza na frente do lote. Podemos afirmar que em relação ao tamanho das casas em que as famílias sitiantes viviam no Sítio, as casas da VPR são pequenas para o padrão camponês. As casas da VPR possuem uma sala, dois quartos, um banheiro e uma cozinha. As reclamações em relação à estrutura e o tamanho das casas nas VPRs são constantes, principalmente em relação ao tamanho da cozinha.

Por exigência do ministério da integração os lotes deveriam ser cercados para evitar problemas com os vizinhos. Algumas famílias cercaram os seus lotes, outras não, e outras cercaram apenas a parte dos fundos do lote, ou seja, cercaram apenas as áreas que comportam os animais.

As distribuições dos lotes foram realizadas por meio de sorteio que aconteceram em momentos distintos. O primeiro momento aconteceu por meio de uma reunião, realizada pelo MIN com as famílias sitiantes que estavam inscritos no Programa de Reassentamento de Populações e seriam “beneficiados” com o reassentamento na VPR. Nessa reunião, foram realizados os sorteios dos lotes residências entre as famílias sitiantes, mas não houve entrega das chaves das casas, apenas o indicador de onde iriam morar. A entrega das chaves das casas

às famílias aconteceu durante uma reunião na associação de moradores da VPR em janeiro de 2016, nessa ocasião foi entregue, além das chaves, um manual de convivência a cada família.

FIGURA 24 ENTREGA DAS CHAVES E MANUAL DE CONVIVÊNCIA (2016)



FONTE: Acervo do STRSJP

O sorteio ocorreu da seguinte maneira: os nomes das famílias sitiantes inscritas para receber os lotes residências foram todos colocados em uma urna, em seguida um agente do MIN sorteava um desses nomes. Se na família sorteada tivesse alguma pessoa idosa ou com deficiência física, estas teriam prioridade de escolha do lote residencial onde quisessem morar, caso contrário, recebiam o lote residencial que estivesse na ordem de distribuição. Após cada sorteio, a família selecionada poderiam escolher outras duas famílias sitiantes para serem seus vizinhos, cabendo a cada família aceitar ou não a escolha.

No caso dos lotes de trabalho, que correspondem aos lotes de sequeiro e vazante foram sorteados em outro momento, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas em reunião realizada com as famílias realocadas na VPR Irapuá I. A imagem a seguir mostra o momento do sorteio realizado entre os sitiantes pelos lotes de trabalho.

FIGURA 25 SORTEIO DOS LOTES DE TRABALHO (2016)



FONTE: Acervo do STRSP.

É importante ressaltar que, embora as famílias já estejam realocadas nas VPRs, entretanto, elas ainda não possuem a escritura dos lotes residenciais em que vivem. De acordo com os sitiantes realocados, o MIN repassou para eles um documento de compromisso garantindo às famílias a posse dos lotes residências por um período de cinco anos. Depois dos cinco anos é que eles receberam a escritura de posse dos lotes lavrados em cartório, para isso, precisam ter vivido durante os cinco anos nos lotes residências.

De acordo com um agente do MIN, a não concessão da escritura de posse dos lotes aos sitiantes ocorre para que as famílias “beneficiadas” não se desfaçam dos lotes, ou seja, a não concessão da escritura é uma forma de obrigar as famílias a viverem nos lotes residências pelo menos durante os cinco anos. Ao mesmo tempo em que os sitiantes são obrigados a viverem nas VPRs, eles também são obrigados a cumprirem as exigências de convivência e produção estabelecidas pelo MIN.

As regras para concessão de escritura dos lotes residências, também são as mesmas para os lotes de trabalho, só receberam as escrituras dos lotes de trabalho as famílias que estiveram morando nos lotes residências e produzindo nos lotes de trabalho durante cinco anos. Segundo relatos das famílias sitiantes, os lotes de trabalho já foram liberados para que os sitiantes pudessem plantar, no entanto, os sitiantes foram impedidos de praticar nos lotes de trabalho as formas convencionais de agricultura a que estão habituadas. Os sitiantes disseram

que o MIN, juntamente com IBAMA, não permite que eles façam a queima para a limpa da terra, prática a qual estavam habituados e sugerem que a limpa do terreno seja realizada por máquinas, alugadas pelos sitiantes. No entanto, até o momento os sitiantes têm se negado a praticar qualquer outra forma de manuseio da terra que seja diferente das que estavam habituados, ou seja, não aceitam a utilização de máquinas para limpa dos lotes<sup>27</sup>.

### III. 3 - Impressões do Território

O espaço físico que as famílias sitiantes iriam povoar parecia ausente de qualquer interação social. Um território “raspado como que a unhas” (Andrade, 1986) pelos vai e vem das máquinas escavadeiras na tentativa de planejar um terreno por natureza acidentado. A incerteza das famílias em relação a esse lugar deserto era evidente, como relata dona Francisca, ex-moradora do Sítio Riacho da Boa Vista, sua impressão quando foi lavar a sua casa na VPR Irapuá I, em março de 2016.

A única coisa que encontrei aqui quando cheguei, foi cobra e poeira. Elas vinham não sei de onde, parecia que saía debaixo da terra, porque nem mato tinha aqui. Era um deserto só, o que se via só era poeira e mais nada, quando dava um vento parecia que tudo ia se acabar, ser levado junto com aquela terra que cobria tudo e depois se aquietava. Terra seca, sem sinal de vida. Sinceramente, eu nunca acreditei que essa terra desse pra plantar alguma coisa. Eu morria de medo de ficar só aqui, não gostava nem de olhar da janela. E vou lhe dizer, esse lugar era mais triste que o cemitério, não prestava nem para enterrar os mortos com a quantidade de pedregulhos. Vim pra cá porque não tinha para onde ir, e se pudesse voltava para meu riacho nem que fosse pra morar embaixo da ponte. Tu já pensou, Giovana. Nós (família) saímos de um lugar verdinho em que tudo dava pra vir comer poeira aqui. Era uma tristeza! (Entrevista realizada em 2016)

O relato evidencia as condições em que as famílias sitiantes encontraram o espaço físico onde está localizada a VPR. Um lugar deserto, sem vida em comparação ao Sítio onde viviam antes do deslocamento, pois o Sítio Riacho da Boa Vista era cortado pelo rio Tamanduá e possuía uma vegetação verde, com uma terra boa para a agricultura.

Após a entrega das chaves, o MIN tratou das mudanças das famílias para a VPR. As famílias se mudaram para as vilas entre a primeira e segunda semana do mês de março. Foi organizado pelo ministério da integração um mutirão em que realizavam as mudanças das

---

<sup>27</sup> Estas informações precisam ser mais bem observadas, visto que o tempo de liberação dos lotes de trabalho para prática de agricultura ainda é muito recente.

famílias para as VPRs por meio de sorteio. Eram realizados por dia de quinze a vinte mudanças, o principal local de saída dessas mudanças era de famílias que estão vivendo na cidade. As imagens a seguir mostram os momentos de saída da cidade em direção a VPR Irapuá I.

FIGURA 26 MUDANÇAS DA CIDADE PARA VPR IRAPUÁ I (2016)



FONTE: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas

FIGURA 27 CHEGADA DAS FAMÍLIAS A VPR IRAPUÁ I (2016)



FONTE: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas

### III. 4 - Transformando lotes Residências em Sítios

Ao se estabelecerem na VPR, as famílias iniciaram mudanças na estrutura das casas que de acordo com os sitiantes são bem menores em relação às casas que residiam antes nos sítios. Quem tinha um pouco de reserva fez reforma, ampliando a cozinha e fazendo um alpendre na entrada das casas. Em muitas casas as portas da frente que eram de zinco foram

trocadas por portas em madeira, essas portas geralmente tem uma janelinha na parte de cima que fica aberta quando a família senta na sala para o descanso depois do almoço.

De acordo com os relatos dos sitiantes, é possível afirmar que a maioria das famílias estava insatisfeita com a estrutura e o tamanho das casas. Muitas são as queixas sobre a qualidade do material de construção (blocos, telhas, madeira) que foi utilizado para construção das casas, as queixas também ocorrem em relação às janelas, que são de ferro e vidros, fato que incomoda, pois, as casas são próximas uma das outras e da rua, e o vidro não esconde o interior das casas<sup>28</sup>. Como mostra a imagem abaixo.

FIGURA 28 CASAS NA VPR IRAPUÁ I (2017)



FONTE: Acervo próprio

A forma como estão distribuídos os cômodos da casa, também são motivos de insatisfação. Os quartos das casas na VPR, por exemplo, ficam todos de frente para a única sala da casa, ou seja, os espaços íntimos da casa ficam expostos aos olhos dos estranhos. Pois, se a sala da casa para a família sitiantes é o espaço demarcador do limite do de fora, os quartos não poderiam está com as portas voltadas para a sala e sim para qualquer outro

---

<sup>28</sup> Para resguardar a privacidade da família no interior das casas, as janelas ficam fechadas e encobertas por cortinas.

cômodo, como eram no sítio antes do deslocamento, as portas dos quartos ficavam entre a sala de jantar e a cozinha, espaços privados a família.

De todas as queixas reveladas em relação à estrutura e distribuição dos cômodos da casa, a que mais é referenciada pelas famílias sitiantes, é a cozinha. Além da cozinha está diretamente ligada a sala, assim como os quartos, as famílias queixam-se também pelo seu tamanho, que é considerada pequena e por conta disso não cabem todos os utensílios de cozinha.

O que mais me incomoda aqui nessa casa é essa cozinha. Ela nem existe para mim. É pequena, não cabem todos os móveis que a gente precisa na cozinha. Olhe, cabe a geladeira, mas não cabe um pote pra botar água pra esfriar. E cabe um fogão e esse movelzinho pequeno e mais nada. Não cabe uma mesa aqui, e essa pia não dá nem pra lavar pratos dirá preparar um frango. Tudo tem que ser feito lá fora, no sol, porque aqui dentro não cabe nada. As compras dos alimentos e as coisas da roça aqui em casa ficam guardadas no quarto porque não cabem na cozinha. (Dona Antônia).

Menina, isso aqui que chamam de cozinha é um sofrimento. Não cabe nada, como tu tá vendo aí. É assim, não dá uma mesa. Se quiser comer na mesa tem que botar uma mesa no meio dessa sala. Olha, se chega uma visita e tem que preparar uma coisinha melhor pra comer, não tem como ter ajuda pra preparar porque não cabe duas pessoas nessa cozinha. Tia mesmo, quando precisa de ajuda, eu faço aqui em casa e levo pra lá. A gente tem preparado as coisas lá fora, tratar um frango, assar uma carne na brasa. E tem coisas que nós não fazemos mais, porque não tem onde fazer. Como a gente vai fazer pra moer um milho pro cuscuz, se não tem onde prender o moinho (Dona Francisca, 2016).

Essa insatisfação, gerada pela necessidade de se ter uma cozinha maior em casa, é uma das razões apresentada pelas famílias para a realização da primeira reforma das casas, a ampliação da cozinha. Em um ano de reassentamento na VPR Irapuá I, cerca de 60% das casas já contavam com a ampliação da cozinha. A seguir apresentam-se algumas imagens das casas com as cozinhas ampliadas.

FIGURA 29 CASAS NA VPR COM AS COZINHAS AMPLIADAS (2017)



FONTE: Acervo próprio.

Embora o tamanho da cozinha seja uma justificativa para sua reforma, é possível afirmar que essa reforma também está relacionada à resistência das famílias sitiantes para manter uma cozinha semelhante a que tinham antes nos sítios, de modo que nela coubessem os utensílios necessários à reprodução das práticas costumeiras de transformar os elementos do roçado em alimentos.

#### III.4.1 - Lotes residências ou sítios?

A família Dantas chegou a VPR Irapuá I em dias alternados, pois aguardavam pelo reassentamento em locais diferentes do município. A família foi reassentada na mesma rua de casas, mas em lotes residências distantes uns dos outros. A dispersão da família Dantas pela VPR Irapuá I aconteceu pelos seguintes motivos: cada família conjugal estava inscrita para receber os lotes residenciais em diferentes VPRs, apenas Valdemar ficaria na VPR Irapuá I. Alzira, não aceitou o lote residencial em outra VPR alegando que gostaria de ficar na VPR Irapuá I por ela estar localizada próxima ao sítio em que residia sua família antes do

deslocamento. Depois de muitas tentativas, Alzira conseguiu ser incluída no sorteio dos lotes residenciais da VPR Irapuá I.

Ao ser sorteada, Alzira escolheu para ser sua vizinha na VPR, dona Zefa, sua tia que também estava inscrita para receber o lote residencial na VPR Irapuá I. Outro irmão de Alzira, Naldo, só conseguiu residir na VPR Irapuá I porque trocou com um amigo o lote residencial que fora sorteado na VPR Quixeramobim por outro na VPR Irapuá I. Assim, a família ficou junta na VPR Irapuá I, entretanto apenas dona Zefa e Alzira conseguiram lotes vizinhos.

As famílias chegaram a VPR em momentos diferentes, pois aguardavam pelo reassentamento em locais distintos. A família de dona Zefa chegou à Vila Irapuá I no dia 01 de março de 2016, quando chegou ao seu lote residencial “quis desistir e ir embora”, no entanto o seu filho mais novo a convenceu a ficar prometendo-lhe ajudar na organização do lote, foi então que ela resolveu ficar.

Nós chegamos aqui em 01 de março deste ano (2016), aqui não tinha nada, nós chegamos praticamente só porque só o pessoal das casas lá de cima que chegaram. Fiquei desconfiada se Alzira iria vir morar aqui mesmo. Olhe, se ela não fosse sei se eu ia ficar aqui não, mas acho que ia porque nós não tínhamos onde ficar. E também meu filho me prometeu que nós íamos organizar tudo como era lá no Riacho, lá no sítio então eu fiquei. Nessa época eu chorava muito porque era muito esquisito, sentia saudade das minhas plantinhas, do meu quintal velho com os chiqueiros que eu amava, amava não amo e estou fazendo tudo aqui de novo. (Entrevista realizada em 2016)

Ao decidirem se estabelecer na VPR, a família tratou de organizar primeiro a decoração da casa, organizando os móveis, os utensílios e os artigos de decoração. Como as casas da VPR são pequenas em relação às que moravam antes do reassentamento, alguns móveis não couberam na casa e tiveram que ficar guardados com um parente em outro local até que a família conseguisse ampliar a casa.

Assim como muitas outras famílias reassentadas na VPR, dona Zefa e seu Francisco também não gostam da estrutura das casas em que residem.

Dona Zefa: Essa casa é muito ruim, tem gente que diz que é boa, mas para mim não é. Ela é muito pequena, não cabe as nossas coisas direito. Tenho que guardar as compras no armário em outro quarto ali. Naquele quarto ali tem geladeira e armário com as compras e Francisco guarda umas coisas da roça lá.

Giovana: O que são essas coisas?

Oxi, guarda de tudo. Guarda milho, feijão, gismum e guarda as ferramentas que trabalha. Ali tem martelo, colher de pedreiro, enxada e um monte de coisas. (Entrevista realizada em 2018)

Além do tamanho da casa, a família reclama do calor que faz na casa.

Assim sabe, não tem como ficar aqui dentro, o calor é de matar porque essas casas são construídas com blocos e ainda fizeram mal feita e pequena. Eu mesmo só vou ficar aqui até terminar essa outra casa que estou fazendo. Essa aí sim é casa de gente! É uma casa grande sem as costas para o sol e nem a porta arreganhada para rua que não tem precisão disso. (Entrevista realizada em 2018)

A casa nova que seu Francisco está construindo fica bem ao lado da casa que foi construída pelo MIN. A casa nova possui janelas e portas em madeira, uma cozinha ampla, três quartos, um banheiro, sala de visitas e sala de jantar. De acordo com seu Francisco a estrutura e design da casa nova são semelhantes às da casa que possuíam no sítio. As imagens abaixo mostram a casa em que reside a família na VPR Irapuá I e a casa que está sendo construída por seu Francisco.

FIGURA 30 CASAS NA VPR IRAPUÁ I (2016)



FONTE: Acervo próprio.

FIGURA 31 CASAS NA VPR IRAPUÁ I (2016)



FONTE: Acervo próprio.

A família ainda não está morando na nova casa, pois ela ainda não está concluída, seu Francisco teve que interromper a construção para cuidar do roçado, visto que esse o ano 2016 foi de chuva propício à agricultura, como é comum nessa época de chuvas as atenções se voltam todas para o roçado.

Depois da reforma da casa, a família de dona Zefa iniciou a organização do quintal. Na parte da frente do lote, antes da entrada da casa foi criado um pequeno jardim por Dona Zefa. Já seu Francis, plantou ao redor de toda a casa algumas árvores chamadas de Ninho. Além de fornecer a sombra, as folhagens das árvores são utilizadas por seu Francisco como inseticida na lavoura.

Dona Zefa conta que depois de organizar a casa a primeira coisa que fez foi arrumar o quintal para criar a miunça. Na parte do quintal que fica por trás da casa dona Zefa plantou foram algumas árvores frutíferas, como limoeiro, bananeira e goiabeira. Foi montada uma pequena horta com coentro e cebolinha. No quintal também foram plantados gergelim, usado por dona Zefa para fazer doce, urucum, e algumas ervas usadas para fazer chá.

Eu que plantei tudo isso aqui no quintal. Já que decidimos ficar aqui resolvi deixar tudo do meu jeito. Muita coisa que eu tinha plantado no Riacho eu tenho aqui, tenho de tudo um pouco. Eu quis plantar, mexer com as coisas, cuidar das galinhas, aí fizemos logo o galinheiro só falta as minhas cabras, mas eu vou ter tu vai ver. Toda vez que tu vier aqui, Giovana. Vai ser uma

surpresa. Daqui a pouco isso aqui vai tá tomado como era no Riacho. (Entrevista realizada em 2016)

No quintal da casa ainda foi construído um pequeno galinheiro, onde possuía seis galinhas. Os cuidados com a miunça e com o que está cultivado no quintal é de responsabilidade de dona Zefa.

Ainda no quintal, numa parte que ficava mais distante da casa e das fruteiras, seu Francisco colocou roça, onde cultivava feijão macassá, fava e milho. Todas essas mudanças foram observadas no primeiro ano de reassentamento, em março de 2017.

Ao retornar ao campo três meses depois (julho, 2017), o quintal de dona Zefa já havia passado por novas mudanças. Seu Francisco havia feito uma cerca que separa a plantação dos galinheiros e outra separando o galinheiro da casa e horta. O quintal também tinha ganhado uma cabra, novos galinheiros e uma variedade de aves. Vejamos as mudanças a partir das figuras abaixo.

FIGURA 32 QUINTAL DE DONA ZEFA (MARÇO 2017)





FONTE: Acervo próprio

Embora dona Zefa e Alzira sejam vizinhas, as casas são separadas por cercas de arame. O lote residencial de Alzira é todo cercado por arame e possui um portão na frente. Na casa de Alzira foi feita uma garagem e um quarto na parte de trás da casa. No quarto são guardadas mercadorias que o marido de Alzira vende fora, nos sítios. O quarto ainda serve para a família guardar o que foi produzido no roçado.

Assim como dona Zefa, Alzira fez um jardim em frente a sua casa e plantou algumas árvores em volta da casa. Na parte de trás do quintal, Alzira plantou bananeira, maracujá, coqueiro, limoeiro, quiabo, abóbora. No quintal ainda tem uma pequena horta onde planta coentro e cebolinha.

O quintal de Alzira ainda possui galinheiros e chiqueiro. Alzira possui uma variedade de aves incluindo patos e galinhas-d'angola, possuem também umas três cabras. De acordo com Alzira, tudo que possui em seu quintal foi plantado e é cuidado por ela e às vezes por sua filha adolescente.

Além dos cuidados da casa, dos filhos, da miúda e do quintal, Alzira ainda vende frutas e verduras trazidas por seu marido de outros municípios para serem vendidos pelos sítios. Durante a semana as frutas e verduras são vendidas na casa de Alzira na VPR e durante o final de semana Alzira se desloca durante o dia para sua casa na Boa Vista onde tem um pequeno comércio, como mostro no capítulo 2.

O marido de Alzira também combina as atividades, ele trabalha fora vendendo frutas, verduras e botijão de gás nos sítios. Essa atividade é realizada no intervalo do roçado, ou seja, enquanto ele aguarda a colheita do que plantou. O roçado do Marido de Alzira, que também fica no quintal da casa, possui feijão macassá, fava e milho. A família ainda possui dois bezerros que ficam no quintal que é dividido por cercas. O cuidado com o roçado e com os bezerros é responsabilidade do homem da casa que conta com a ajuda do filho mais velho.

Desde março de 2016 o quintal de Alzira também vem passando por mudanças. Como mostram as imagens abaixo.

FIGURA 33 QUINTAL DE ALZIRA (MARÇO, 2016)



FONTE: Acervo próprio.

As mulheres das famílias sitiantes têm um papel importante na transformação do espaço, foi ela quem deu início a plantação dos produtos para serem consumidas na casa, como também na ornamentação dos espaços com as plantas e árvores. Assim, como no sítio as mulheres são responsáveis pelo cuidado com a casa, com os filhos e pelo cuidado dos quintais, com as hortas, a miunça, plantas e ervas como mostra (Klaas Woortmann; Ellen Woortmann, 1997; Heredia, 2013). E o homem assume seu papel de provedor do sustento da

família seja no roçado ou combinando as atividades do roçado com o trabalho em outros serviços.

O tempo de reassentamento das famílias sitiantes na VPR é de apenas dois anos. Durante esse tempo, as famílias realocadas vêm transformando e ressignificando esses espaços. Nesse caso, a tradição evocada pelas famílias para transformar esses espaços se apresenta não no sentido de um passado que se reflete no presente, mas como um passado que é evocado no presente, para se pensar o futuro (Klaas Woortmann, 1990).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debruçar sobre a trajetória de vida de famílias sitiantes atingidas pelas obras do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, ficam evidentes as contradições existentes quando se decide programar um projeto desenvolvimentista. Quando se decide programar esse tipo de projeto, são inúmeras as justificativas para legitimá-los, e a principal delas, no caso desse projeto específico, é agregado um valor simbólico muito forte, trata-se de “matar a sede” de pessoas. Se por um lado, o que está em questão é a preocupação com o “bem comum”, por outro lado, grupos tradicionais e pequenas comunidades são obrigadas a abrir mão de seus espaços de vida em nome desse “bem comum”.

Além dessa contradição gerada pela justificativa de um “bem comum”, na hora de por em prática o projeto, essas contradições tornam-se latentes. Quando se trata dos cuidados para tentar amenizar os impactos que o projeto vai causar à população atingida, o que está posto no projeto contradiz com as ações praticadas pelos agentes na hora de execução das obras. Portanto, os grupos sociais atingidos são colocados às margens do projeto, no entanto, eles reagem buscando estratégias de resistência para garantir a reprodução dos seus modos de vida camponesa.

Observa-se também, na hora em que o projeto está sendo posto em prática, que além das negligências ao tratar dos bens materiais, os implementadores do projeto sequer levam em consideração as particularidades dos grupos e a perda dos seus bens simbólicos. O caso dos reassentamentos e da estrutura das casas, são exemplos claros dessas negligências para com a particularidade dos grupos atingidos.

As negligências são sentidas pelos sitiantes que reagem e buscam formas de resistência na tentativa de amenizar os danos sofridos as suas vidas com a implementação do projeto de transposição. Essa resistência não se dá por meio do embate físico, cara a cara, mas se revelam por meio do comportamento dos sitiantes ao lidarem com algumas situações de imposição, por exemplo, se escondendo dos fiscais do ministério e às vezes negando informações sobre os aspectos econômicos da família depois de estarem na VPR.

A resistência se revela também, a partir da não aceitação da proposta realizada pelo ministério da integração, ao sugerir aos sitiantes que abrissem mão da indenização em prol da aquisição do lote residencial das VPRs. Entretanto, os sitiantes optaram pelo dinheiro da indenização e foram buscar alternativas de reprodução dos modos de vida em Boa Vista.

Em se tratando do reassentamento na VPR, observa-se que desde o reassentamento, em março de 2016, as famílias vêm ressignificando esses espaços. Os lotes residências vêm sendo transformados pelos sitiantes, ganhando características de sítio. Contudo, é preciso uma investigação mais aprofundada nesse sentido, visto que o reassentamento é recente.

Por fim, é importante ressaltar que a concretização dos projetos governamentais de grande porte tem gerado profundas e irreversíveis transformações, não apenas no espaço físico onde são instalados, mas na vida das pessoas que compõem esse espaço. Dessa forma, as políticas compensatórias (indenizações e reassentamento), não são capazes de reparar as perdas ocasionadas pelo deslocamento compulsório de famílias de suas bases de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. **Decreto 94**, de 06 de julho de 1994. Brasília: MIR, 1994. [www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/decretos](http://www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/decretos) Acesso em: 06 do julho de 2017.

BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional**. Brasília: MI, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**: Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional. Brasília: MI, 2004b.

BRASIL; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Resultados Preliminares do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Censo Populacional (2010). Disponível via internet em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao\\_por\\_municipio.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm) Acesso em 12/07/2018

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do Antropólogo**: olhar, ouvir escrever. In: o trabalho do Antropólogo. São Paulo: UNESP, 2000.

DEBERT, Guita G. **“Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral”**. In: CARDOSO, Ruth C.L. (Orgs). A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986, p.141-156.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Territorialidade**. In: Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa. (Orgs). Lívio Sansone e Cláudio Alves Furtado. ADUFBA, 2014.443-452p.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GARCIA JR., A. R.; Heredia, B. A. **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil**. IN: Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social/ Emília Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. P.213/244.

GARCIA JR., A. R. O SUL: **Caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero. Brasília – CF: EDUNB, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 05/03/2018.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LITTLE, Paul E. 2002. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma Antropologia da Territorialidade. *Série Antropologia* nº 322. Brasília.

LEITÃO, Deusdet. **São José de Piranhas**: Notas de sua História. João Pessoa: Grafset, 1985.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos da geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1997.

MENEZES, M. A. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba**: migração, família e reprodução da força de trabalho. Tese de Mestrado. Campina Grande, UFPB, 1985.

MENEZES, M. A. **Migrações**: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste IN: Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social/ Emília Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. P.269-288.

MALINOWSKI, Bronisław. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa e cap I. In: Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné- Melanésia. São Paulo: abril cultural, 1978.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Uma etnologia dos índios misturados?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais In: Oliveira Filho, João Pacheco (Org.) Viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. São Paulo: Contracapa, 1999, p.11-38.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes:** agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado/ Parry Scott. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** In: Raízes Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, Vol.21, n 01-janeiro – junho/2002.

SCOTT, Russell Parry. Família camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias – v. 2: estratégias de reprodução social/ Emília Pietrafesa Godoi, Marilda Aparecida Menezes, Rosa Acevedo Marin. (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILVA, M. S.; Menezes, M. A. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel:** migrações e as identidades da juventude rural. In: Carneiro, M.J e Guaraná, E. Juventude rural em perspectiva. RJ: Mauad/ NEAD, 2007, p. 167-182.

SILVA, M. S.; Menezes, M. A. **Entre o trabalhar e “dar trabalho”:** ou sobre as formas de resistência dos migrantes paraibanos nos canaviais do estado de São Paulo. Trabalho apresentado no III encontro da rede de estudos rurais, campina grande, UFCG, setembro de 2008.

SILVA, M. S. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel:** migrações e as identidades da juventude rural. Campina Grande, Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGCS, 2006.

SANTOS, Sônia B. M. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará/Université de Paris, 2007.

SIGAUD, L. “**O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 18, ano 7, fev. 1992.

\_\_\_\_\_. “**Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**”. Comunicação, nº 9. RJ: Museu Nacional, 1989.

\_\_\_\_\_. (1988b), “**Implicações sociais da política do setor elétrico**”, in Santos, L. e Andrade, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo/CPI.

\_\_\_\_\_. (1990), “**Os camponeses e as grandes barragens**” (relatório do segundo ano de atividades do projeto “Avaliação de aspectos sociais da produção de energia hidrelétrica”), mimeo. Rio de Janeiro, Museu Nacional/COPPE/USP.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações**: Um estudo de caso sobre a barragem de Itá. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VAINER, Carlos Bernardo. **Regionalismo e projeto nacional**: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. Cadernos Ippur UFRJ, Rio de Janeiro, n.2, p. 21-34, 1993.

WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen. **Práticas eco-agrícolas tradicionais**: ontem e hoje. In: Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA. Araraquara – SP – Brasil, v.14, n.2, 2011. 324p.

WOORTMANN, Ellen. **Migração, Família e conhecimentos tradicionais**. In: Revista Vivência: revista de antropologia UFRN - PPGAS. V. 1, n. 43. 2014.

WOORTMANN, Ellen. **O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações**. In: Emília Peitrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin

(Orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WOORTMANN, Ellen. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Ed. Universidade de Brasília: São Paulo/Brasília, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. In: Revista Brasileira de Estudos de População, jan/jun. 1990, p.35-53.

WOORTMANN, Klaas. (1990) “**Cum parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.